



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO- CIÊNCIAS AGRÁRIAS

**UM CAMINHO ALÉM DO LATIFÚNDIO: O PROCESSO DE LUTA E
PERMANÊNCIA NA TERRA NO ASSENTAMENTO DOM MATHIAS
NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ-BA.**

MAÍSE NASCIMENTO MATOS

Amargosa-BA
2022

MAÍSE NASCIMENTO MATOS

**UM CAMINHO ALÉM DO LATIFÚNDIO: O PROCESSO DE LUTA E
PERMANÊNCIA NA TERRA NO ASSENTAMENTO DOM MATHIAS
NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ-BA.**

Trabalho de Conclusão de Curso solicitado pelo Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia como requisito para obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias.

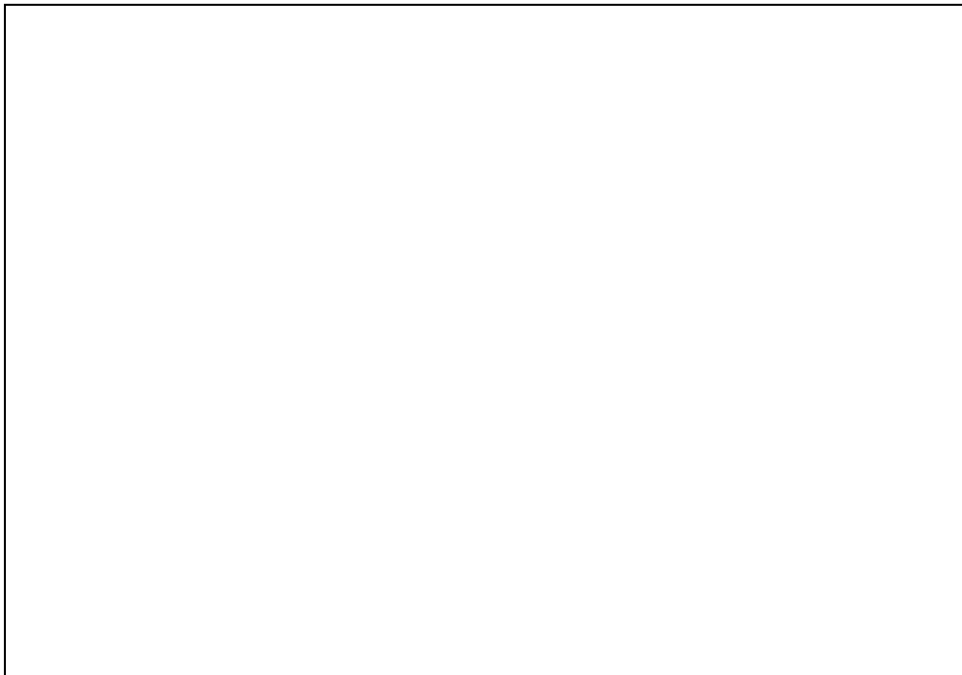
Orientador: Carlos Adriano da Silva Oliveira

Coorientador: Jefferson Duarte Brandão (Sobodê)

Amargosa-BA

2022

Ficha Catalográfica:

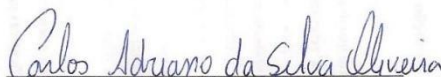
A large, empty rectangular box with a thin black border, centered on the page below the text 'Ficha Catalográfica:'. This box is intended for the user to enter the bibliographic information for a catalog card.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS

Monografia apresentada por Maíse Nascimento Matos como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo – Ciências Agrárias, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Aprovada em, 17 de março de 2022.

BANCA EXAMINADORA



PROF. CARLOS ADRIANO DA SILVA OLIVEIRA (ORIENTADOR)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



PROF. JEFFERSON DUARTE BRANDÃO (SOBODÊ) - (COORIENTADOR)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR)



PROF^a. LANNA CECÍLIA LIMA DE OLIVEIRA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



PROF^o. HENRIQUE OLIVEIRA DE ANDRADE

Instituto Federal da Bahia (IFBA) – Feira de Santana

Aos meus pais dedico essa pesquisa, como forma de gratidão por tudo
que proporcionaram durante minha trajetória.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por sempre ter me direcionado, segurando minha mão, me dando maturidade e discernimento para enfrentar todas as dificuldades durante essa trajetória. A ele toda honra e toda glória, por não ter permitido que eu fracassasse e desistisse do meu sonho.

Aos meus pais Lourival (Louro) e Maria de Lourdes (Lurdinha) e irmãos, Luciana, Lucas e Isabela que sempre me incentivaram nos momentos de aflição e me deram todo apoio para a realização do meu sonho, vocês são a minha base e exemplo de força e resistência, sem vocês eu não conseguiria chegar onde cheguei, sem dúvidas vocês são minha maior inspiração e orgulho. Gratidão pelos cuidados e orações de proteção. Estendo também meus agradecimentos aos meus padrinhos que sempre estiveram presentes em minha vida, contribuindo para esta conquista, assim como minha avó. Amo vocês!

Às minhas amigas meus mais sinceros agradecimentos, com muito amor, a Peta, Kêu, Jaque, Keliane, Kely, Bely e Jacy, que sempre estiveram ao meu lado, acreditaram em mim e apesar da distância física nunca perdemos os vínculos afetivos. Agradeço ao meu amigo Ray que por todo apoio. As minhas companheiras da LEdoC, Kelly, Zêu, Jake, Ieza, Saiane, Jeane, Luiza, Milena, Karina, Tainara e demais, que em momentos variados dessa caminhada estiveram comigo, nos momentos de dificuldades, mas também nos momentos de diversão, gratidão. Com muito amor estendo também meus agradecimentos a Ana Cláudia, minha parceira durante um bom período dessa caminhada e que tanto me fez bem.

A minha família do AP 1, Rebeca, Nelma, Maiara, Val, Paula, Ilmara, Sansão, Léo, Maurício e Uine, minha gratidão eterna por todas as nossas vivências durante todos esses anos, período esse que aprendemos a lidar com as diferenças uns dos outros e nos respeitar como família e companheiros de luta.

De maneira especial quero agradecer ao meu amigo e coorientador, Jeferson (Taata Sobodê) sem as contribuições, dedicação e cuidado dele esse sonho não seria possível, aproveito também para agradecer em nome do Professor Carlos Adriano todo o coletivo DOCFORM, pela parceria e troca de conhecimentos.

Agradeço aos companheiros da Tupe D'Girassol pela experiência incrível que vivenciamos dentro e fora da Universidade, que de maneira singular abrilhantou nossa jornada trazendo na música várias formas de manifestações.

De modo carinhoso, agradeço a Bantu, parceiro que a vida me apresentou, sou grata pelo companheirismo, empatia e incentivo durante essa trajetória. Sou grata por compartilhar contigo momentos ímpares, seu apoio e sua calma foi fundamental nesse processo, não apenas na formação acadêmica, ou na militância, mas na vida de modo geral.

Por fim, gostaria de agradecer imensamente aos movimentos e organizações sociais que se dedicaram nessa luta para que filhas e filhos de agricultores Sem Terra tivessem a oportunidade de ocupar os espaços em instituições públicas. Ao companheiro Silvano (*in memoriam*) e a toda companheirada do assentamento Dom Mathias, estendo ainda meus agradecimentos, pois, sem eles nada disso seria possível, sou muito grata e orgulhosa por fazer parte desse coletivo que foi e sempre será tão importante na minha formação, enquanto jovem, camponesa e militante.

MATOS, Maíse Nascimento. **Um caminho além do latifúndio:** o processo de luta e permanência na terra no assentamento Dom Mathias no município de Ipirá-BA. Trabalho de Conclusão de Curso – Monografia – Colegiado de Licenciatura em Educação do Campo com habilitação em Ciências Agrárias. Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2022.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo acerca da formação do Assentamento Dom Mathias em Ipirá-BA. O mesmo, apresenta como objetivo geral analisar o processo histórico de luta, conquista da terra e permanência no Assentamento. O texto apresenta em sua estrutura um tópico que detalha o vínculo da autora com o campo de pesquisa, articulando relatos da sua trajetória e engajamento com a comunidade estudada. Entre os objetivos específicos buscamos descrever a questão agrária em Ipirá partindo da abordagem dos sistemas agrários elencando as estratégias das organizações sociais atuantes no campo; Identificação e caracterização dos principais sistemas de produção agropecuários locais; Investigação das estratégias de comercialização utilizadas pelos sujeitos do Assentamento Dom Mathias em Ipirá. A abordagem teórica aplicada nesta pesquisa partiu da metodologia qualitativa lançando mão de uma expressiva revisão bibliográfica sobre a realidade agrária do local estudado, levando em conta as categorias teóricas da Questão Agrária e Sistemas Agrários e a aproximação destas com a Educação do Campo, além da tabulação de dados e análise da realidade sistematizada através de entrevistas semiestruturadas. Nas considerações finais foram apontados alguns dos principais desafios a serem superados para que o contexto analisado nos campos da organização, produção e comercialização tenham melhorias significativas permitindo assim a permanência com qualidade de vida no campo de Ipirá - BA.

Palavras- chave: Questão Agrária, Sistemas Agrários, Educação do Campo, Permanência em Assentamento

MATOS, Maise Nascimento. **Un camino más allá del latifundio:** el proceso de lucha y permanencia sobre la tierra en el asentamiento Dom Mathias en el municipio de Ipirá-BA. Trabajo de finalización de curso – Monografía – Licenciatura en Educación Rural con titulación en Ciencias Agrarias. Centro de Formación de Profesores de la Universidad Federal de Recôncavo da Bahia. Amargosa, 2022.

RESUMEN

El presente trabajo es un estudio sobre la formación del Asentamiento Dom Mathias en Ipirá-BA. El mismo, presenta como objetivo general analizar el proceso histórico de lucha, conquista de tierras y permanencia en el Asentamiento. El texto presenta en su estructura un tema que detalla el vínculo de la autora con el campo de investigación, articulando relatos de su trayectoria y compromiso con la comunidad estudiada. Entre los objetivos específicos, buscamos describir la cuestión agraria en Ipirá a partir del enfoque de los sistemas agrarios, enumerando las estrategias de las organizaciones sociales que actúan en el campo; Identificación y caracterización de los principales sistemas productivos agrícolas locales; Investigación de las estrategias de marketing utilizadas por los sujetos del Asentamiento Dom Mathias en Ipirá. El enfoque teórico aplicado en esta investigación partió de la metodología cualitativa, haciendo uso de una expresiva revisión bibliográfica sobre la realidad agraria del lugar estudiado, teniendo en cuenta las categorías teóricas de la Cuestión Agraria y los Sistemas Agrarios y su aproximación con la Educación Rural, en además de la tabulación de datos y análisis de la realidad sistematizados a través de entrevistas semiestructuradas. En la conclusión, fueron señalados algunos de los principales desafíos a ser superados para que el contexto analizado en los campos de organización, producción y comercialización tenga mejoras significativas, permitiendo así la permanencia con calidad de vida en el campo de Ipirá - BA.

Palabras- clave: Cuestión Agraria, Sistemas Agrarios, Educación Rural, Permanencia en el Asentamiento

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATES- Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária

CEB's - Comunidades Eclesiais de Base

CETA- Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais Acampados Assentados e Quilombolas.

CETEP- Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Jacuípe

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEDOC- Licenciatura em Educação do Campo

MAB- Movimento de Atingidos por Barragens

MLT – Movimento de Luta pela Terra

MPA- Movimento de Pequenos Agricultores

MPP- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais

MST- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PA- Projeto de Assentamento

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROSUB- Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio

SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

STTRI - Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Ipirá

UEFS- Universidade Estadual de Feira de Santana

SUMÁRIO

1 SEÇÃO I: TRAJETÓRIA DE VIDA.....	12
1.1 O CHÃO QUE SEMEIOU ESSA PESQUISADORA.....	13
1.2 CONTRIBUIÇÕES DO DOM MATHIAS NESSA TRAJETÓRIA.....	16
1.3 TRAJETÓRIA ESCOLAR E DE TRABALHO.....	19
1.4 INSERÇÃO E VIVÊNCIA NA LEDOC.....	21
2 SEÇÃO II: A PESQUISA.....	24
2.1 INTRODUÇÃO.....	25
2.2 SUJEITOS DA PESQUISA.....	26
2.3 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	27
2.4 DIÁLOGOS ENTRE A ABORDAGEM EM SISTEMAS AGRÁRIOS E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS.....	32
3 SEÇÃO III: DECIFRANDO A QUESTÃO AGRÁRIA EM IPIRÁ – BA.....	35
3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS.....	36
3.2 O CAMPO NO CONTEXTO BAIANO.....	40
3.3 CONJUNTURA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DA BACIA DE JACUÍPE.....	45
4 SEÇÃO IV: OS DESAFIOS DO ASSENTAMENTO DOM MATHIAS DIANTE DA QUESTÃO AGRÁRIA EM IPIRÁ- BA.....	52
4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO.....	53
4.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO CAMPO.....	58
4.3 SISTEMA PRODUTIVO AGROPECUÁRIO.....	62
4.4 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	73
REFERÊNCIAS.....	76
APÊNDICES.....	80

SEÇÃO I: TRAJETÓRIA DE VIDA

1.1 O CHÃO QUE SEMEIOU ESSA PESQUISADORA

Quando pequenina meu avô (*in memoriam*) me chamava de espoleta, daí eu ficava me perguntando, o que seria espoleta? Ficava na dúvida se era coisa boa ou xingamento. Dizia ele que o nome condizia com o comportamento, sempre agitada, ativa e ao mesmo tempo explosiva, na minha imaginação acreditava que se tratava de uma personalidade forte, que não se amedrontava com pouca coisa, muito menos tinha medo de correr atrás daquilo que almejava.

Nessa época, minha família e eu morávamos numa casinha bem simples, numa comunidade rural denominada por Lagoa das Pedras, não tínhamos água encanada, nem ao menos uma cisterna para armazenamento de água para consumo, energia elétrica só no sonho, sem contar que também não oferecia possíveis caminhos para geração de emprego e renda, ou seja, nossas condições de vida eram bem difíceis. A área que produzíamos era na propriedade do meu avô materno ou de vizinhos, a área que criávamos uma pequena quantidade de ovinos e bovinos equivalia em torno de três tarefas de terra.

Eu e meus irmãos estudávamos a luz do candeieiro ou fifó, como chamávamos, as vezes tinha umas velas também e em períodos festivos usávamos o aladim para melhor iluminar a casa. Ah, minha mãe acompanhava a gente nos estudos enquanto trabalhava, porque ela era professora, (auxiliar de classe) na escola que estudávamos, mesmo não tendo muito estudo.

Posso dizer, que cresci dentro de uma sala de aula, era uma escola multisseriada, aquela multidão de crianças, de diversos tamanhos e idades para apenas duas professoras dar conta de tanta responsabilidade. Uma delas era a minha mãe, a outra era a professora Zenaide e ainda tinha a merendeira dona Zezu que sempre que podia auxiliava as professoras nas tarefas com as crianças.

Então, fui crescendo no meio daquelas mulheres fortes e determinadas que me inspiravam a cada ensinamento. Quando tinha os trabalhos de turma para saber qual profissão gostaríamos de exercer quando crescêssemos, eu, espoleta como sempre, ia para a frente do quadro falar cheia de orgulho que queria ser professora, igual a minha mãe e minha professora Zenaide. E elas acreditavam que realmente meu futuro era está numa sala de aula compartilhando saberes, o que me deixava ainda mais feliz.

Além da escola, no mesmo espaço funcionava uma associação comunitária, sendo ela “uma sociedade civil sem fins lucrativos, onde vários indivíduos se organizam de forma democrática em defesa de seus interesses, podendo atuar em vários campos da atividade humana.” (MAPA, 2008). Meus pais e meus avós eram integrantes desse coletivo, o que de

certa forma influenciava a minha participação e dos meus irmãos mesmo que de forma indireta, embora educativa.

Como já mencionado anteriormente, as condições de vida naquele lugar não eram tão fáceis, não tínhamos boa estrutura de moradia, nem tampouco terra produzir, até porque morávamos numa área pequena com aproximadamente uma tarefa de terra, onde cabia minimamente nossa casa e a plantação de palmas para alimentar os poucos animais que tínhamos. O “salário” que minha mãe recebia, nem sempre dava para arcar com as despesas da casa, e meu pai na maioria das vezes trabalhava fora, as vezes na construção civil, geralmente em São Paulo e tantas outras como agricultor em grandes fazendas no Vale do Jiquiriçá e Sul da Bahia.

Enquanto meu pai estava fora para buscar o sustento da família, minha mãe se desdobrava para que nada faltasse para seus quatro filhos, trabalhava e estudava ao mesmo tempo, coisa que naquela época não era muito comum, uma mulher casada, mãe, sair de casa para estudar, mesmo assim ela enfrentou tudo e todos para alcançar seus objetivos, pois, acreditava que a educação é a chave para grandes oportunidades, inclusive de libertação, seja ela das amarras familiares ou dos grandes latifúndios que nos espremia.

Não por acaso, em um dos encontros da associação a qual fazíamos parte, foi informado que o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ipirá estavam mobilizando famílias sem-terra e/ou que viviam em condições de vulnerabilidade social, para formar um coletivo para ocupar uma fazenda através do processo de Reforma Agrária. Sabíamos muito pouco sobre o assunto, até mesmo porque não se discutia muito sobre esse tipo organização na região e nem tínhamos meios de comunicação, mas isso não nos impediu de arriscar um novo projeto de vida.

Sem pensar muito minha mãe logo se animou, só de imaginar a possibilidade de ter terra para morar, produzir e oferecer um futuro melhor para os filhos. Meu pai, sempre foi mais reservado, ficou logo inseguro com a notícia, meus avós tentaram interferir na decisão, sem contar o falatório dos vizinhos, mas a minha mãe permaneceu firme na sua ideia, pelo fato de acreditar que sozinhos talvez não conseguíssemos mudar de vida, mas de forma coletiva poderíamos vencer a batalha e mudar a vida de tantas outras famílias.

E não é que conseguimos nos acampar juntamente com aproximadamente outras 120 famílias? Meus pais se reversavam para estar presente nos processos de luta, pois, compartilhávamos um barraco de lona com outra família e não tinha espaço para todos conviverem o tempo todo juntos. Outra coisa que dificultava nossa ida constante ao acampamento eram as aulas, meu irmão e eu estudávamos num povoado vizinho de onde

morávamos, há alguns quilômetros. Minha irmã mais velha se mudou para a cidade para trabalhar e ajudar no sustento da família, que logo mais foi embora para São Paulo em busca de oportunidades e a irmã caçula com pouco mais de dois anos acompanhava meus pais com mais frequência.

O processo de acampamento durou em torno de um ano e cinco meses até a emissão de posse da fazenda. Após a permissão para a ocupação da área solicitada, mudamos para a sede da fazenda, formando uma agrovila, onde foram construídos os barracos e foi se constituindo o Assentamento Dom Mathias, junto a ele nascia uma nova história para nossa família, regada de resistência e esperança de dias melhores.

Figura 1: Agrovila do PA Dom Mathias



Fonte: Cerqueira, 2007

Neste lugar, aprendemos o sentido da coletividade de maneira mais intensa, a começar pela cozinha, a qual as refeições eram feitas em grandes quantidades para todas as famílias, a fila era organizada primeiro com as crianças, seguindo dos idosos e por fim as demais pessoas. Inicialmente as áreas de banho eram divididas, de um lado uma represa denominada por “presa das mulheres”, do outro a “presa dos homens”, logo mais foram construídos a cada duas ruas um banheiro coletivo. O acesso à água também era coletivo, a distribuição de se dava num reservatório da fazenda, na qual as famílias se organizavam em fila para fazer o armazenamento.

1.2 CONTRIBUIÇÕES DO DOM MATHIAS NESSA TRAJETÓRIA

A partir do momento que passamos a compreender os processos de luta pela terra, com outras famílias de localidades distintas, com personalidades diferentes, mas com objetivos semelhantes, o termo Reforma Agrária deixou de ser algo solto, que mal sabíamos do que se tratava para ser uma alternativa de vida, na qual passamos a fazer parte da construção contínua desse projeto, buscando minimizar os impactos causados pela má distribuição de terras, sobretudo no nosso município. Nesse processo, não apenas os pais se inserem na luta, como também os filhos, cada ação ali desenvolvida se tornava um procedimento educativo.

Em acordo com Stedile, (2012) compreendemos que a Reforma Agrária contribui para a formação de territórios, pois é indispensável para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para além disso, acreditamos que essa jornada não se trata apenas da luta pela terra, mas também, por direitos, igualdade, saúde, educação, alimentação de qualidade, enfim, por condições dignas de existência no campo brasileiro.

Foi nesse entendimento que nossa família passa cada vez mais se engajar nos processos de luta, para assegurar que os nossos direitos fossem garantidos e assim ter uma seguridade de melhores condições de vida, a qual tanto desejávamos. Apesar de ter sido inicialmente um período difícil de adaptação por diversos motivos, dentre eles o desconforto da moradia, condições sanitárias, situação financeira, convivência com uma centena de famílias, cada uma com suas particularidades, enfim, notamos a importância da inserção em movimento e/ou organização social.

Moura e Zucchetii (2010, p.638) mencionam que “a educação não é uma prática exclusiva da escola, a educação também ocorre fora do espaço escolar e, nesse âmbito, possui objetivos e finalidades diversos e, portanto, exige reflexões que são complementares, porém de natureza distinta.” Os movimentos e/ou organizações sociais têm esse papel de formar os sujeitos para além das salas de aula, formar sujeitos militantes, com intuito de nos preparar para as batalhas constantes na caminhada.

Diante desse contexto, tive a oportunidade de participar de diversos espaços formativos proporcionados pelo movimento ao qual nos inserimos, tais como, encontro de jovens, encontro de mulheres, mobilizações, ocupações, entre outros. Nas ações internas do assentamento, integrei a um grupo teatral que foi uma iniciativa do companheiro Silvano (*in memoriam*), com o intuito de envolver a juventude e demais participantes nas lutas sociais por meio da arte.

Figura 2: Apresentação do grupo de teatro do Assentamento Dom Mathias em uma escola no campo



Fonte: Sampaio (2007)

Em um dos espetáculos do grupo de teatro apresentávamos um resumo da concentração de terras no município e apontava como se deu os processos de luta por reforma agrária na região. Fechávamos o espetáculo com o samba de roda que é uma cultura marcante da comunidade e ainda mostrávamos os artesanatos e alimentos agroecológicos produzidos por assentadas e assentados. Dessa forma, levávamos um pouco da nossa história de forma dinâmica, na própria comunidade, em escolas, em eventos culturais do município e até em municípios vizinhos, além disso, ganhamos premiação em um festival de teatro. Além do grupo teatral, também participava de grupo jovem, fui voluntária da biblioteca do assentamento por um período e ainda participava das organizações dos eventos da comunidade, principalmente dos festejos juninos.

A entrada no assentamento possibilitou para a minha família o acesso à terra, área essa equivalente a 76 tarefas de terra, sendo dividida em duas partes em localidades diferentes, aproximadamente 50 tarefas são utilizadas para moradia e produção, o restante até o momento não teve interferência na estrutura natural devido ao difícil acesso e a falta de recursos para o desenvolvimento de atividades agrícolas.

Na área destinada para a produção, mesmo com pouca disponibilidade de água, que é um fator limitante, nossa propriedade possui uma boa diversidade produtiva. Na agricultura produzimos: Feijão de arranca, feijão de corda, andu, milho, batata doce, abóbora, acerola, goiaba, maracujá, umbu, melão, melancia, laranja, limão, mamão, tomate, pimentão, pimenta, berinjela, caxixe, maxixe, quiabo, e ainda alface, couve, salsa, cebola, coentro, rúcula, cenoura, ervilha, entre outras coisas. Na pecuária: Bovino (leite), ovino e suíno (carnes). Na avicultura: Galinha e galinha d'angola (carne e ovos). Apicultura: apenas o mel.

Figura 3: Produção agroecológica da propriedade familiar da pesquisadora



Fonte: Maíse Matos, 2020

Uma parte da nossa propriedade faz divisa com a APP (Área de Preservação Permanente) e a outra com a Reserva Legal do assentamento. O solo encontra-se num estágio de transição, no qual utilizamos práticas de cobertura do solo, rotação de cultura, adubação orgânica, utilização e armazenamento de Sementes Crioulas, consórcio e aplicação de inseticidas naturais. Não utilizamos agrotóxicos e outros insumos sintéticos. A área detém uma diversidade de árvores nativas da caatinga (umbuzeiro, licurizeiro, quixabeira, catingueira, mandacaru, juazeiro, aroeira...). O acesso à água para consumo humano é através

do abastecimento por carro pipa ou captação de água da chuva em cisterna, para as atividades domésticas compramos água de carro pipa, para a agricultura e pecuária temos pouca disponibilidade, pois depende do volume das chuvas para o armazenamento em represas e barreiros de produção.

Figura 4: Lote de moradia e produção familiar da pesquisadora



Fonte: Maíse Matos, 2021

Nossa propriedade contém disponibilidade de insumos (esterco de aves e ovinos e restos de alimentos), possui ferramentas para o manejo da área (foice, facão, enxada, carrinho de mão...), também utilizamos para o preparo do solo o trator da associação. Nossa produção dispõe de mão de obra familiar e contratada (diárias), tendo a produção prioritariamente para o consumo e a comercialização é apenas dos excedentes, através de divulgação em redes sociais e entrega domiciliar. A renda fixa da família no momento se dá através de salário por meio de trabalho em cargo público (Agente comunitário de saúde) e aposentadoria rural.

Dessa forma, se compararmos as condições de vida citadas anteriormente com os dias de hoje, é possível perceber a relevância das contribuições que a reforma agrária proporcionou para a nossa família, assim como, beneficiou tantas outras que viviam em situações semelhantes.

1.3 TRAJETÓRIA ESCOLAR E DE TRABALHO

Assim como parte dos assentamentos de reforma agrária, o nosso não possuía e ainda não possui escola de ensino fundamental II, existia apenas creche, Fundamental I e Educação de Jovens e Adultos (EJA), então, as demais modalidades se deslocavam para um povoado

vizinho, situado a aproximadamente 20 km, ou para a sede do município. Estudei dois anos no povoado numa escola no campo, sendo esta, uma fase foi desafiadora, pois, éramos um grupo grande de estudantes Sem Terra naquela escola e diversas vezes fomos tratados com indiferença pelo fato de sermos filhas e filhos de assentados, “as/os sem-terra”. Por inúmeras vezes, tentaram nos colocar numa posição inferior, mas, o tempo foi passando e fomos conquistando espaço dentro da escola, levando um pouco das nossas vivências e desmistificando aquela ideia formada sobre a nossa identidade.

Após finalizar a etapa do fundamental, era tempo de mais uma vez mudar de escola, já que no campo não tinha instituição para cursar o ensino médio, então, em 2008, fui matriculada numa escola na sede do município, Colégio Estadual Maria Evangelina Lima Santos, que ficava ainda mais distante do assentamento, a mais ou menos 49 km. Essa escola é considerada uma das mais conceituadas da cidade, por conta da seriedade e compromisso com a educação, porém o acesso era muito limitado, mas, enfim, conseguimos a vaga e cursei os três anos do ensino médio. Foi um período proveitoso, a instituição incentivava a leitura, promovia apresentações culturais, acesso a laboratórios, gincanas, entre outros elementos que influenciavam diretamente no processo educacional.

Aos 17 anos, precisei me afastar das atividades diretamente ligadas ao assentamento, para buscar oportunidade de emprego passei a morar na cidade e logo comecei trabalhar em serviços informais em um salão de beleza, onde fiquei por um ano, depois trabalhei em um supermercado, até ser selecionada para participar de um Curso Profissionalizante de Produção de Calçados, oferecido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial- SENAI e conseqüentemente trabalhar na fábrica de calçados do município.

Na maioria das vezes as indústrias buscam por trabalhadores jovens e inexperientes nos novos territórios com o propósito de formá-los de acordo com os princípios do Toyotismo, que nada mais é que recrutar e formar trabalhadores sem memória de trabalho e sem conhecimento dos direitos trabalhistas e mobilizá-los para uma nova prática de trabalho. (SILVA, 2017).

Sabemos que a função do ensino ofertado pelo SENAI segue uma linha voltada para o capitalismo industrial, na qual prepara os sujeitos para a mão de obra qualificada, visando a formação profissional de excelência, maior produtividade e lucro, sobretudo para as grandes empresas. “O ambiente fabril é muito apropriado para as relações de dominação pela imposição intransigente de metas e de prazos [...]” (SILVA, 2017, p. 210).

Através do curso, realizei o estágio na Indústria calçadista Paquetá - The Shoe Company, instalada no município, logo após essa etapa fui aprovada para trabalhar

definitivamente, visto que eu estaria dentro dos padrões de funcionários estabelecidos pela empresa baseada nesse modelo de produção.

Durante esse ciclo, me ausentei das demandas da comunidade por conta da rotina de trabalho durante o dia e estudos à noite, porém, não perdi o vínculo com as minhas origens. Na maioria dos finais de semana, estava presente no assentamento, mesmo com toda dificuldade de deslocamento, quando era possível participava das reuniões comunitárias, mobilizações, eventos culturais e religiosos, dentre outros espaços.

Além da jornada de trabalho durante o dia, ingressei no Curso Profissionalizante em Manutenção e Suporte Técnico em Informática pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Jacuípe- CETEP, na modalidade de Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio - PROSUB. A escola atende maioria dos estudantes oriundos do campo, porém não se aproxima dos princípios da Educação do Campo pelo fato do ensino está diretamente voltado para a formação técnica profissionalizante. Assim como as demais instituições educacionais já mencionadas o modelo de ensino adotado não é o suficiente para atender as demandas dos sujeitos do campo, pois, prevalece o método da educação bancária implantada pelo sistema capitalista.

1.4 INSERÇÃO E VIVÊNCIA NA LEDOC

Apesar de ter tido uma oportunidade de emprego e continuar estudando, aquele não era o modo de vida que minha família e eu sonhávamos. Certo dia, no grupo de whats app do assentamento, colegas anunciaram o edital para o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Agrárias, Ciências da Natureza e Matemática, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, logo fiquei curiosa, mas, diante as demandas diárias não me atentei a fundo do que realmente se tratava, daí, colegas estudantes do curso de direito pelo PRONERA na UEFS, me encaminharam novamente o edital e me aconselharam a fazer a inscrição, inclusive orientaram tanto na inscrição quanto na ida para a realização da prova.

Não tinha muito conhecimento sobre o curso, pelo fato de ter me afastado um pouco das questões da comunidade devido a necessidade de buscar fonte de renda na cidade, mas, era a chance que eu precisava para me desprender de um sistema opressor fabril e encontrar novos horizontes. A partir disso, me dediquei a buscar informações sobre o curso e me preparar para a prova, na perspectiva de concretizar o sonho de adentrar numa Universidade pública.

Após a realização da prova e a notícia da aprovação no processo seletivo me deparei com o desafio do desligamento da empresa, naquele momento me deram apenas duas escolhas, continuar trabalhando e desistir do sonho, ou estudar e perder alguns direitos trabalhistas, como rescisão de contrato e seguro desemprego. Pensando bem não era uma decisão fácil, e mesmo sabendo das consequências optei por estudar, ainda assim, a empresa não quis acordo para a demissão. Coincidentemente, ou não, na data prevista para o início do semestre letivo aconteceu um movimento de ocupação na Universidade, o que resolveu minha situação naquele momento, pois, se aproximava do período de férias na empresa e gerou tempo para ocorrer a desvinculação empregatícia até a nova data de início das aulas.

Cada um de nós carrega uma bagagem de vivências, sentimentos, lembranças, costumes e experiências que formam nossa trajetória, a mesma traz os traços marcantes do passado, os acontecimentos que se fazem presentes no cotidiano e possíveis caminhos a serem seguidos. Nessa trajetória a LEdoC, foi um divisor de águas em minha vida, pois, me apresentou lutas semelhantes em meio a uma diversidade de povos.

O curso nos possibilita viver uma infinidade de coisas, que nenhuma palavra será suficiente para descrever essas experiências, ao mesmo tempo, nos oportuniza a registrar um pouco das nossas próprias histórias, baseado em nosso contexto social. Com isso, no decorrer do curso foram despertadas algumas inquietações pessoais sobre as questões relacionadas a luta pela terra no município de Ipirá e ainda a importância de registrar esse percurso histórico.

É importante reforçar que a Educação do Campo, surge da luta dos movimentos sociais por isso tem tanta relevância para os povos do campo, que são os verdadeiros protagonistas de um modelo de educação contra- hegemônica pautada na realidade e especificidades dos sujeitos.

O protagonismo dos movimentos sociais camponeses no batismo originário da Educação do Campo nos ajuda a puxar o fio de alguns nexos estruturantes desta “experiência”, e, portanto, nos ajuda na compreensão do que essencialmente ela é e na “consciência de mudança” que assinala e projeta para além dela mesma. (CALDART, 2012, p. 259).

A constatação de que a educação é direito do povo do campo, com base no ambiente em que vive e no seu modo de vida, de maneira a reafirmar essa garantia como dever do Estado se torna primordial para pautar à escolarização camponesa e assegurar para além do acesso à terra uma construção de uma escola e currículo que trabalhe com o território e a realidade dos educandos oriundos do campo. Arroyo (1999) ressalta que a escola é um dos espaços ao qual

nos educamos, porém, aponta que é nos movimentos sociais, no trabalho, na produção, na família, no cotidiano que especialmente acontecem os processos educativos.

O projeto da Educação do Campo é caracterizado por diferentes sujeitos e suas multiplicidades. Com isso, Caldart (2002) destaca, que é necessário compreender que por trás de um indicador geográfico e dados estatísticos existe uma parte do povo brasileiro que vive neste espaço, desde suas relações sociais específicas que constroem a vida no e do campo, com suas distintas identidades e identidades semelhantes.

A Educação do Campo por sua vez, visa transformar a classe trabalhadora em sujeitos críticos para atuarem a frente das decisões e ações das suas comunidades e organizações e/ou movimentos sociais. Formato de educação esse que potencializa as vivências e abre espaço para novos horizontes na perspectiva de uma vida digna para o povo do campo.

Então, observamos que a Educação do Campo não é um elemento descolado das experiências dos povos do campo, pois, a partir disso, nos aponta maneiras de produzir conhecimentos. Caldart (2012, p. 265), menciona também que:

No plano da práxis pedagógica, a Educação do Campo projeta futuro quando recupera o vínculo essencial entre formação humana e produção material da existência, quando concebe a intencionalidade educativa na direção de novos padrões de relações sociais, pelos vínculos com novas formas de produção, com o trabalho associado livre, com outros valores e compromissos políticos, com lutas sociais que enfrentam as contradições envolvidas nesses processos.

A Educação do Campo aparece como uma proposta de educação transformadora, de maneira que os camponeses são os protagonistas de suas narrativas, contrapondo o modelo de educação hegemônico e dominante que nos cercam. Para tanto, faz-se necessário a formação de educadores militantes que mantenham vínculos enraizados com as escolas e comunidades, como também nas organizações sociais sustentadoras dos processos organizativos de luta.

Levando em consideração todos os processos de enfrentamentos e as conquistas para assegurar o direito à educação para os povos camponeses, é que se melhora as relações em torno de sua existência a partir da reflexão sobre o campo do conhecimento científico. Para tanto, é essencial que os sujeitos aprendam a problematizar, instrumentalizar e elevar sua capacidade de traçar estratégias para atuar/intervir sobre os problemas sociais recorrentes no campo.

SEÇÃO II: A PESQUISA

2.1 INTRODUÇÃO

Historicamente o latifúndio implantado desde o início da colonização tem sido uma das chagas mais estruturalmente responsáveis pelas desigualdades sociais no Brasil, dito isso, a luta pela terra se transformou em um dos campos de maior resistência no país, nesse sentido, esta pesquisa apresenta uma temática fundamentada na Formação do assentamento Dom Mathias em Ipirá-BA a partir de uma abordagem em Sistemas Agrários. O presente trabalho busca analisar o processo de luta em defesa da reforma agrária e permanência no Assentamento Dom Mathias no município de Ipirá, dentre os elementos ressaltados ao longo do texto daremos destaque a mobilização e atuação dos assentados e assentadas por meio das organizações sociais atuantes no campo do município, assim como a caracterização dos principais produtos agropecuários locais e ainda avaliaremos as estratégias de comercialização utilizados pelos sujeitos do Assentamento.

O interesse por pesquisar o referido conteúdo emerge da trajetória de vida pessoal, mas, também se trata do compromisso social, político e epistêmico presente na gênese da Educação do Campo, pois, para atuar como educadora e pesquisadora em ciências agrárias é indispensável compreender as origens da luta pela terra, bem como, a formação dos assentamentos, notadamente o Dom Mathias. Ao tecer essa sistematização busca-se não só contribuir com o estudo da questão agrária local, também consiste no reconhecimento de um processo, que deve ser recordado não só pelos assentados/as do Dom Mathias, mas, também deve ser lembrado como mais um passo do movimento em defesa da reforma agrária.

O texto encontra-se estruturado em quatro seções. A seção I: Trajetória de vida, apresenta-se uma breve narrativa da história de vida da pesquisadora, contendo elementos de sua origem e perspectivas. Na seção II: A pesquisa, foi feita uma caracterização do estudo, bem como, a descrição dos caminhos metodológicos trabalhados e ainda a relação dos Sistemas Agrários com a Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências Agrárias. A seção III: Decifrando a Questão Agrária em Ipirá- BA, situa-se a realidade agrária brasileira, assim como a conjuntura da Questão Agrária na Bahia e mais precisamente no âmbito territorial e local. Mais adiante, a seção IV: Os desafios do Assentamento Dom Mathias diante da Questão Agrária em Ipirá- BA parte da busca pela compreensão das estratégias desenvolvidas pelos sujeitos locais por meio da sua inserção em organizações sociais do campo e os impactos destas no assentamento, além de identificar e caracterizar a produção agropecuária local, ainda investiga as estratégias de comercialização e inserção no mercado utilizadas pelos sujeitos do Assentamento. Por fim, o trabalho trás em suas

considerações finais algumas reflexões que emergiram após o estudo, apontando alguns desafios e perspectivas para contribuir com o fortalecimento da caminhada em curso no Dom Mathias.

2.2 SUJEITOS DA PESQUISA

Foram realizadas sete entrevistas para o levantamento de informações sobre a temática abordada, para tanto, a seleção dos sujeitos entrevistados se deu a partir da relação pessoal com os mesmos, tendo como critério a influência nos processos de luta e resistência diante dos conflitos enfrentados a cada passo dado até a conquista do território. A maior parte das pessoas entrevistadas são assentadas no Dom Mathias, possuindo destacada participação em organizações sociais, a exemplo de associações locais e também no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ipirá, instituição que foi essencial na defesa da reforma agrária no município.

Quadro 1: Perfil dos entrevistados

NOME	GÊNERO	ASSENTADO/A	INTEGRA MOVIMENTO E/OU ORGANIZAÇÃO SOCIAL
Angico	Feminino	Sim	Sim
Aroeira-vermelha	Masculino	Sim	Sim
Catingueira	Feminino	Sim	Sim
Juazeiro	Masculino	Sim	Não
Mandacaru	Feminino	Sim	Sim
Umbuzeiro	Masculino	Não	Sim
Ypê-roxo	Masculino	Sim	Sim

Fonte: Maíse Nascimento Matos

A identidade dos entrevistados aparece no decorrer do texto de maneira fictícia, representada por nomes de plantas nativas da caatinga, que é o bioma predominante do município, sobretudo na localidade do assentamento, sendo elas: Angico, Aroeira-vermelha, Catingueira, Juazeiro, Mandacaru, Umbuzeiro e Ypê-roxo. Fiorentini e Lorenzato (2009),

ressalta que ao relatar os resultados de sua pesquisa o pesquisador precisa preservar a integridade física e a imagem pública dos entrevistados, por isso, na maioria das vezes, omite os verdadeiros nomes, usando nomes escolhidos pelo pesquisador ou pelos próprios informantes. Desta forma, foi possível proteger os dados dos sujeitos da pesquisa, fazendo com que se sentissem mais à vontade e seguros em contribuir.

Diante da pandemia decorrente do COVID-19, que se espalhou pelo mundo inteiro desde o início do ano 2020 ceifando milhões de vidas, o que resultou em grandes impactos para a sociedade, afetando todas as áreas, sobretudo a educação, as entrevistas foram realizadas de duas maneiras. Uma das formas que encontramos foi realizar algumas entrevistas presencialmente, porém, mantendo o distanciamento sugerido pelos setores da saúde, outra maneira foi dialogarmos de forma virtual para a coleta de dados. Assim, coletamos as informações necessárias de maneira segura, preservando a saúde dos sujeitos envolvidos na pesquisa.

2.3 METODOLOGIA DE PESQUISA

A pesquisa ampara-se na abordagem metodológica qualitativa. Godoy (1995, p. 21), aponta que “[...] a pesquisa qualitativa ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes”. Dentro desse enfoque, o pesquisador preocupa-se com elementos da realidade e não apenas com números, o que permite tratar os dados coletados de maneira dialógica e crítica.

Desta forma, percebe-se que a abordagem proporciona uma relação aberta entre o pesquisador e os sujeitos da pesquisa, onde é valorizado todo o desenvolvimento da investigação e não apenas os resultados finais. A autora Godoy, (1995 p. 62) afirma ainda, que “os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada.” Assim, é possível extrair as informações necessárias compreendendo as visões e perspectivas dos múltiplos atores envolvidos.

Para alcançar os objetivos propostos pelo estudo, nos amparamos na pesquisa bibliográfica como instrumento chave que se configura em “um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes.” (BRANDÃO e BORGES, 2007, p.

71). Com isso fizemos a junção dos conteúdos abordados com o levantamento de informações colhidas pelas entrevistas realizadas.

Para o aprofundamento de nossa análise acerca da realidade pesquisada, fomos à campo e coletamos dados a partir de entrevistas semi-estruturadas, essa abordagem corresponde a um método onde podem ser formuladas perguntas abertas e fechadas, de forma mais livre. De acordo com Boni e Quaresma (2005, p. 75), “esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.” Sendo assim, o pesquisador tem maior liberdade para conduzir a entrevista de maneira que o entrevistado possa expressar suas contribuições e percepções sobre o determinado assunto.

Outra perspectiva fundamental que contribuiu nesse percurso foi, a categoria Questão Agrária que consiste em “uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra” (STÉDILLE, 2012, p. 641). Para complementar essa perspectiva, trouxemos alguns elementos da abordagem em Sistemas Agrários, que se trata de um mecanismo de leitura da realidade, capaz de identificar as limitações e particularidades de um determinado espaço. Assim, buscamos correlacionar os Sistemas Agrários com a Questão Agrária para estabelecer dialeticamente uma relação entre as variáveis sociais, econômicas e ambientais, entre outras.

No caso dessa pesquisa, buscamos delimitar pelo menos três variáveis para aprofundar nossas análises: a) A variável social envolvendo a interpretação de indicadores correspondentes às estratégias das organizações sociais atuantes no campo de Ipirá-BA; b) A variável produtiva, onde optamos por identificar e caracterizar as principais práticas de produção agropecuária e sua relação com o meio ambiente no município e principalmente do assentamento Dom Mathias; c) Na variável comercialização procuramos investigar as estratégias de comercialização utilizadas pelos sujeitos do assentamento.

Quadro 2: Variáveis e indicadores da análise dos sistemas agrários do Assentamento Dom Mathias em Ipirá-BA.

Conceito	Variável	Indicador
	Organizações sociais	Análise das ações de organizações sociais, associações, sindicato e movimentos sociais;
	Produção agropecuária local	Verificação da utilização das terras,

Sistemas Agrários		produção agroecológica e beneficiamento de produtos agrícolas;
	Comercialização	Descrição dos meios de escoamento e comercialização de produtos agrícolas.

Fonte: Maíse Nascimento Matos

O enfoque sistêmico aponta uma visão de conjunto estruturado e articulado ao elemento de estudo em questão, pois, trata-se das interligações entre as partes e não de fenômenos isolados. Um sistema agrário independentemente de sua extensão e diversidade necessita traçar os objetivos a serem analisados, para compreender o que é essencial a ser detalhado, de maneira precisa.

Para caracterizar o sistema agrário de um país, território, município ou até mesmo de uma área rural é necessário a utilização de uma metodologia que justifique os mecanismos internos que conduzem e organizam o contexto agrário de uma determinada realidade, assim como, os meios em que se relacionam e interagem entre si.

A realidade investigada a partir de conceitos de cunho sistêmico proporciona uma análise mais ampla e detalhada das relações da unidade produtiva com o meio que a envolve, o que possibilita obter maior segurança para compreender, por exemplo, os distintos fenômenos sociais e econômicos de uma determinada região. (NEUMANN, et al, 2009, p. 9).

Além disso, Neumann, et al (2009) apontam que é preciso buscar conhecer a relação com o passado, assim dizendo, os aspectos históricos, visto que com base nisso, pode-se responder ou compreender melhor as atuais relações ambientais, culturais, sociais e econômicas. Ou seja, esse método busca situar o objeto em estudo, tanto no espaço quanto no tempo, percebe-se ainda que os sistemas agrários pressupõem, como característica do método de pesquisa, o movimento de voltar no tempo para interpretar a atualidade, possibilitando, responder a certos fenômenos presentes.

Para melhor compreender a análise de sistemas agrários como instrumento para estudar a realidade do meio rural, Miguel e Mazoyer (2014, p. 3), apresentam alguns conceitos bastante utilizados nesse enfoque.

A abordagem de sistemas agrários preconiza que a compreensão das dinâmicas agrícolas e agrárias passa, necessariamente, por um conhecimento aprofundado e sistemático do processo evolutivo e do contexto histórico onde operam e se articulam as sociedades agrárias. Nesse sentido, a compreensão do processo de formatação de uma agricultura exige uma considerável apreensão das particularidades relacionadas a seus aspectos intrínsecos ou internos (condicionantes ambientais, estrutura social, mercado, conhecimento técnico, etc.) e externos (economia nacional, sistema político, relações de troca, inserção internacional, etc.).

Os sistemas agrários podem ser compreendidos como um conjunto de caracterizações que permitem assegurar a reprodução social, a partir de variáveis importantes na formação de um sistema. Os autores Miguel e Mazoyer, (2014, p. 4), apontam que:

Pode-se definir um sistema agrário como sendo a combinação de uma série de variáveis entre as quais se destacam o meio cultivado; os instrumentos de produção (materiais e força de trabalho); o modo de artificialização do meio; a divisão social do trabalho entre agricultura, artesanato e indústria; os excedentes agrícolas e as relações de troca com outros atores sociais; as relações de força e de propriedade que regem a repartição do produto do trabalho, dos fatores de produção e dos bens de consumo..

Já o sistema de produção pode ser entendido, em situações de utilização agrícola, como uma combinação no espaço e no tempo, através da força de trabalho e dos diversos meios de produções rurais.

A tecnologia e o sistema de produção, embora tendo uma relação importante com o tipo social, não se encontram mecanicamente atrelados a este. Produtores com estruturas econômicas bem diferenciadas podem, perfeitamente, utilizar sistemas de produção e perfil tecnológico semelhantes. Assim, por exemplo, um produtor familiar e um produtor empresarial médio podem fazer parte de um mesmo sistema de produção, no qual desenvolvem suas atividades produtivas com a mesma sequência temporal, com o mesmo ordenamento espacial. (PORTO, 2003, p. 102).

Para Porto, (2003), o sistema de produção consiste além da aplicação de pacotes tecnológicos à produção. Pois, é o resultado das decisões tomadas pelo agricultor e/ou seu grupo familiar quanto à escolha das atividades e ao emprego dos fatores produtivos dentro de suas deficiências ecológicas, econômicas e culturais.

No entanto, essa abordagem não contempla o estudo da agricultura regional e suas transformações históricas e geográficas dentro do processo de ocupação agrícola. Carmo e

Salles (1998), apontado por Porto, (2004, p. 104), mencionam que é necessário empregar o conceito de sistemas agrários, como:

Uma combinação de variáveis inter-relacionadas, recursos naturais e suas transformações históricas, instrumentos de produção, força de trabalho social (física ou intelectual), divisão social do trabalho, relações de posse e uso da terra, o excedente agrícola e sua distribuição social e as condições políticas e culturais.

Com o passar dos anos, os pesquisadores cada vez mais se dão conta de que não basta estudar cada uma das partes ou dos fenômenos da realidade agrária que se quer conhecer de maneira isolada, como também faz- se necessário entender as relações entre as partes e entre os fatos ecológicos, técnicos e sociais que explicam a realidade. O processo de produção agrícola organiza-se em diferentes níveis de estrutura, tais como, a parcela cultivada, os lotes de animais, a unidade de produção, a região, o país, que mantêm intensas relações entre si, utilizando em cada nível de análise, o enfoque sistêmico. (NEUMANN, et al, 2009).

Ao final do século XIX, ocorreram importantes avanços para a compreensão do desenvolvimento na agricultura, o qual, identifica-se neste período a necessidade de abordagens extremamente relevantes, de forma pluri/multidisciplinar, e estudos que abranjam longos períodos históricos, o método regressivo, o uso da cartografia e da estatística, o método comparativo, entre outras importantes contribuições. (MIGUEL, 2018).

Ao observarmos a abordagem dos principais teóricos que trabalham com os sistemas agrários, podemos ver a leitura da agricultura como um fenômeno histórico associado a cultura humana construída ao longo de mais de dez mil anos, contemporaneamente essa perspectiva vem sendo usada para interpretar os elementos introduzidos pela Revolução Verde, com expansão de uma indústria mundial focada em tecnologias destinadas a produção agrícola e também por seu caráter multi-escalar e interdisciplinar tem sido destinada a avaliar resultados de ações inerentes ao desenvolvimento rural.

Esse processo denominado por Revolução Verde, visava intensificar a produção agrícola com o objetivo de solucionar a fome do mundo, visto que nesta época acreditava-se que a pobreza e a fome era um problema de produção (COX e PEREIRA, 2012). Apesar desse processo visar a melhoria da produtividade agrícola, acarretou consequências significativas para a agricultura, tais como: desenvolvimento de pragas resistentes, êxodo rural, aumento da fome, concentração da terra e da renda e elevação do custo de produção.

2.4 DIÁLOGOS ENTRE A ABORDAGEM EM SISTEMAS AGRÁRIOS E A LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – CIÊNCIAS AGRÁRIAS

A percepção de condições de existência, as especificidades do avanço na área das agrárias e de seus modelos de agricultura, sempre foi um enorme desafio, somente depois da metade do século XX, foi surgindo a necessidade de pensar em conteúdos que contemplassem as demandas das Ciências Agrárias. Desse modo, Miguel (2009), sintetiza as origens e os antecedentes da abordagem sistêmica nas ciências agrárias, com base em processos de questionamentos na busca por novas abordagens, a partir da constatação do fracasso de grande parte dos projetos de desenvolvimento rural, do impacto contraditório das técnicas oriundas da Revolução Verde em unidades de produção agrícolas, a compartimentalização e isolamento crescente das diferentes áreas de conhecimento, entre elas as Ciências Agrárias e Ciências Sociais, como também o crescente distanciamento entre a pesquisa agrônoma e a extensão rural e a não-correspondência entre a racionalidade técnica oriunda do conhecimento científico e a racionalidade dos agricultores.

Com isso, Mazoyer e Roudart, (2001) apud Miguel (2018), apontam a necessidade de construir uma nova base conceitual, teórica e metodológica para intervir no desenvolvimento agrícola com a utilização de uma abordagem sistêmica, no âmbito econômico e social por meio de uma representação coerente, de entendimento do presente e de escolha dos diferentes futuros possíveis, também pelo desejo de avaliar as semelhanças e as diferenças entre as formas de agricultura e ainda pela precisão de explicar as origens, as transformações e o papel da agricultura no futuro dos sujeitos e da vida, em diferentes épocas e partes do mundo.

Para Miguel, (2018), o enfoque sistêmico na esfera das ciências agrárias, considera a agricultura, em seu sentido mais amplo, não somente uma simples aplicação de atividades produtivas e fatores de produção, mas, um sistema organizado em torno de interações entre seus componentes e o que a constitui.

Em resumo, com base na análise de Miguel (2018), o conceito dos sistemas agrários disponibiliza os elementos teóricos capazes de apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, as transformações históricas e a diferenciação geográfica dos diferentes modelos de agricultura implementadas pela humanidade, onde:

O conceito de sistema agrário é o instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de toda forma de agricultura real pela análise metódica de sua organização e de seu funcionamento. Este conceito permite também classificar inúmeras formas de agricultura identificáveis no passado

ou observáveis no presente em um número limitado de sistemas, caracterizados cada um por um gênero de organização e de funcionamento. A teoria da evolução dos sistemas agrários é o instrumento que permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região do mundo como uma sucessão de sistemas distintos, que constituem as etapas de uma série histórica definida. Enfim, a teoria da diferenciação dos sistemas agrários é o instrumento que permite apreender suas grandes linhas e explicar a diversidade geográfica da agricultura em uma dada época. (MIGUEL, 2018, p. 32)

Diante disso, a troca de saberes envolvendo os conhecimentos milenares dos povos do campo quando aliados com perspectivas epistêmicas do conhecimento científico comprometida com estes sujeitos é essencial para sua emancipação. Com isso, os processos de enfrentamentos e conquistas para garantir o direito à terra, a saúde e educação dos camponeses e camponesas visa trabalhar as relações em torno de sua realidade atrelando as ideias para analisar e agir, sobretudo, na apropriação e transformação dos meios de produção.

Considerando a importância da classe trabalhadora, sobretudo os agricultores e agricultoras terem domínio sobre metodologias e ferramentas que impulsionem melhores condições de vida, apresenta-se a abordagem em Sistemas Agrários como uma alternativa de analisar e compreender o contexto no qual está inserido, para a partir desse entendimento traçar estratégias de permanência no campo.

A negação de direitos à população mais pobre, principalmente aos povos do campo é um problema estrutural observado há anos e que segue presente nos dias atuais. Observa-se que a maioria dos jovens camponeses quando não estão estudando em outros municípios estão à procura de oportunidade de emprego, seja nas pequenas cidades ou nas capitais, já que a comunidade não tem as devidas condições de oferecer. Com isso, a permanência dos mesmos no campo é mais complexa do que simplesmente a atração pelos centros urbanos, o que nos remete a análise de que a juventude pode ser uma social-chave pressionada pelas mudanças e crises, da realidade no campo, e para a qual a Educação do Campo tornou-se uma questão estratégica. (CASTRO, 2012).

A expressiva negação da educação pública aos povos do campo é uma flagrante violação de um direito garantido pela Constituição Federal de 1988 a todos os cidadãos brasileiros e o Estado tem por obrigação assegurar a escolarização, no entanto, esse acesso vem sendo sistematicamente negado à população camponesa, que mesmo quando frequenta a sala de aula se depara com um currículo e prática pedagógica que não aborda sua realidade. Com base nisso, emerge da luta das organizações sociais o movimento por uma educação do campo para avançar não só no acesso a escolarização, mas também uma outra perspectiva de

construção de educação comprometida com um projeto de Educação no/do Campo como forma de contrapor o sistema educacional hegemônico e opressor imposto.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de reforma agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (FERNANDES, 2008, p. 71).

Nesse sentido, afirma-se que a educação pode ser compreendida como uma ferramenta de libertação e transformação social, pois, a mesma trabalha as relações em torno da vida dos sujeitos a partir da reflexão sobre o campo do conhecimento científico, elevando a sua capacidade de pensar e de agir, além do mais, tem o papel de fortalecer os vínculos com os movimentos de origem.

A Educação do Campo é composta por diferentes sujeitos, sendo eles agricultores, quilombolas, indígenas, pescadores, camponeses, ribeirinhos, povos da floresta, sem-terra, fundo e fecho de pasto, povos de terreiro, entre tantos outros povos. Diante disso, entendemos que a educação do povo camponês deve ser baseada no meio em que vive e no seu modo de vida, na qual os mesmos sejam protagonistas de suas próprias histórias.

Por fim, destacamos que abordagens críticas a exemplo da Questão Agrária, Sistemas Agrários e da Agroecologia são cada vez mais essenciais para alicerçarem o projeto de desenvolvimento rural contido na Educação do Campo, pois, tão importante quanto o direito à terra é ter uma educação comprometida com pedagogias que fortaleçam o vínculo com o território onde se vive, se planta, se colhe e se constrói modo de vida para além do capital.

-

**SEÇÃO III: DECIFRANDO A QUESTÃO
AGRÁRIA EM IPIRÁ - BA**

3.1 A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA NOS DIAS ATUAIS

A concentração de terras na mão de poucos proprietários é um dos problemas da Questão Agrária no Brasil que perpassa gerações, tendo início no período de colonização do país e se estende até a atualidade. São diversos os impactos causados por esta ação, principalmente no que diz respeito a população camponesa, tanto no direito ao acesso à terra quanto em seu modo de se relacionar com a mesma. Stedile, (2011, p. 15), ressalta que “na História, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra.”

A princípio, é necessário compreender que isso se deu a partir de um processo de invasão a um território habitado por uma significativa quantidade de etnias de povos originários, sendo eles os verdadeiros pertencentes das terras brasileiras. Santana (2018), ressalta que os nativos mantêm práticas peculiares de convivência com a terra, não apenas pela plantação, caça, pesca e coleta dos frutos, ou pela relação com os deuses da natureza, mas também pela relação com que tratam a terra como um elemento que não está desvinculado dos demais.

Como reflexo da abordagem dos invasores com a intencionalidade de explorar a terra “descoberta”, denomina-se a negação da existência da vida e dos costumes já encontrados, a tomada de posse destas terras e o início da escravização da mão de obra dos indígenas. Para tanto, os colonizadores contaram com a influência da Igreja Católica para legitimar o processo de exploração das terras e a implantação do regime de Sesmarias.

A lei de terras de 1850 dificultou ainda mais o acesso à terra por parte dos africanos e descendentes destes escravizados, indígenas e demais sujeitos à margem da elite do império, pois, essa lei nas regras em que foi elaborada, impossibilitou que os cativos, libertos e em processo de libertação, além de outros pequenos agricultores provenientes do processo de imigração, pudessem adquirir terras através da compra, já que alguns não eram considerados pessoas dignas de direitos e outros não tinham poder aquisitivo para possuí-las. (SANTANA, 2018). Em consequência disso, é importante destacar que os quilombos e as rebeliões indígenas surgiram como forma de resistência a esse modelo.

O regime de Sesmarias tinha como base formalizar o uso das terras para a produção agrícola em áreas até então não exploradas. Conforme Mota, (2012, p. 30):

[...]as cartas de sesmarias transformaram-se em títulos legítimos de propriedade, ou seja, documentos jurídicos da propriedade particular da

terra. Se, no momento do requerimento dessas doações de terras, era exigido o cumprimento de algumas normas, tais como a obrigatoriedade de medir, demarcar e cultivar as terras, com o desenvolvimento econômico colonial, a obrigação moral do cultivo foi perdendo a importância. O que se seguiu, na prática cotidiana, foi a alienabilidade dos domínios logo após as primeiras concessões [...].

Nessa época os camponeses eram submissos aos senhores, a terra era vista como mercadoria, concentradas nas mãos dos fazendeiros, com base em sua condição social na qual possuíam a maior parte das riquezas. Na análise de Santana, (2018, p. 16), a sesmaria no Brasil teve outro significado, na qual:

O principal fundamento não era só produzir. Ter o domínio das terras era fundamental para o processo de escravização dos povos originários, uma vez que o monopólio das terras precisava estar sob a égide da Coroa através de seus sesmeiros, ou donatários que esses escolhessem. Portugal insere no Brasil colônia a principal forma de pensamento de organização europeia: o domínio individual da terra.

Dessa forma, observa-se que no Brasil o regime de sesmarias está atrelado ao domínio colonial do território, bem como, ao interesse de explorar as terras brasileiras para a implantação de um projeto econômico baseado nas grandes concentrações de terra, na exploração da mão de obra e na produção de monoculturas para o mercado.

[...] Para cada aspecto estudado de cada sociedade em cada período histórico, serão encontrados diferentes “problemas agrários”, surgidos como resultado das contradições criadas pelas formas de organização presentes naquela sociedade. Por exemplo, pode-se estudar a questão agrária no Brasil durante o período colonial, no qual as características principais são o trabalho escravo, o monopólio da propriedade da terra pela Coroa e a posse entregue em concessão de uso apenas a alguns grandes latifundiários capitalistas de origem europeia. Da mesma forma, pode-se estudar a questão agrária no final do século XX, caracterizada pelas influências do capitalismo globalizado, pelas empresas agrícolas transnacionalizadas e pelo capital financeiro. (STEDILE, 2021 p. 630).

Com isso, através da modernização da agricultura, de forma particular, trouxe consigo a ideia de permanência e exploração dos pequenos proprietários de terras em função da ampliação de propriedades para os grandes latifundiários, com o propósito de realizar-se uma expansão do capitalismo agrário. Deste modo, considera-se que uma das consequências desse fundamento é a permanência de um modelo caracterizado pela alta concentração fundiária. (NETO, 2016).

Se analisarmos os dias atuais, as manobras do latifúndio permanecem, porém com outras características, a exemplo da expansão do agronegócio que vem se estendendo por todo território brasileiro. Stedile (2021, p. 632) alerta que:

[...] Apenas 1% dos proprietários controla 46% de todas as terras; no elevado índice de concentração da produção agrícola, em que apenas 8% dos estabelecimentos produzem mais de 80% das commodities agrícolas exportadas; na distorção do uso de nosso patrimônio agrícola, pois 80% de todas as terras são utilizadas apenas para produzir soja, milho e cana-de-açúcar, e na pecuária extensiva; na dependência econômica externa a que a agricultura brasileira está submetida, por causa do controle do mercado, dos insumos e dos preços pelas empresas agrícolas transnacionais; e na subordinação ao capital financeiro.

O agronegócio nada mais é do que um modelo de produção pautado na monocultura em grande escala de produtos agrícolas, no uso excessivo de maquinários tecnológicos, sementes transgênicas e alto uso de pacotes de venenos, ou seja, os agrotóxicos.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a lógica da expansão do agronegócio no Brasil está intimamente ligada à disponibilidade de terras. Assim, para os empresários do setor, além das terras em produção, é necessário ter um estoque disponível para a expansão. Isso tem provocado um constante aumento dos preços das terras, tanto em áreas onde o agronegócio já se implantou quanto nas áreas que podem possibilitar o crescimento da produção. (LEITE e MEDEIROS, 2012, p. 85).

Cabe ressaltar ainda que esse modelo de produção está associado a um sistema capitalista agrário que visualiza apenas os lucros, deixando de lado todo um contexto social e ambiental já existente e defendido pelos povos do campo. Leite e Medeiros (2012, p. 87), ainda afirma que “à medida que o termo agronegócio se impõe como símbolo da modernidade, passa a ser identificado, pelas forças sociais em disputa, como o novo inimigo a ser combatido.”

O capitalismo agrário tem no agronegócio a sua maior expressão. Para expandir-se, o agronegócio não mede consequências e vai se territorializando campo adentro sem respeitar o modo de vida dos camponeses, que são, na maioria das vezes, expropriados ou subalternizados. Essa força é alimentada pelo apoio do Estado, que legitima terras ilegais e criminaliza a organização da luta social. Políticos e latifundiários muitas vezes se confundem na mesma pessoa e engrossam o coro dos que têm fome de terra para gerar riquezas ao invés de alimentos. Assim, ao longo de nossa história, a propriedade privada injusta no campo foi tomando corpo e o resultado é uma concentração absurda de terras. (NETO, 2016, p. 2).

A luta pela terra no Brasil é marcada por uma disputa intensa, tendo de um lado os proprietários de grandes latifúndios, que equivale a uma menor parcela da população e do outro lado os movimentos sociais representando a maior parte das pessoas menos favorecida, ou seja, da classe trabalhadora, sobretudo do campo. Sabe-se que o projeto de Reforma Agrária nunca foi prioridade do Estado, a não ser como uma estratégia de assegurar vantagens e lucros.

O debate a respeito da questão agrária no Brasil, retrata marcos históricos bem precisos, dentre eles, a falta de eficácia do Estado com relação a distribuição de terras e a garantia dos direitos dos camponeses e camponesas. A concentração e uso da terra sempre esteve nas mãos de poucos proprietários, sustentada na escravização da força de trabalho, no extermínio de povos, na degradação dos recursos naturais, entre outros ações.

As lutas pelo acesso à terra no país foram traçadas a partir de vários conflitos, inicialmente com os povos indígenas, seguindo pelos demais povos camponeses. Feliciano (2006), relata alguns desses confrontos, dentre eles o ocorrido em 15 de julho de 1995, no município de Corumbiara no estado de Rondônia, momento esse em que 514 famílias de trabalhadores rurais sem-terra que ocuparam uma área já declarada como improdutiva resistiram à ordem de despejo. Com isso, resultou-se em 10 pessoas mortas, 125 ficaram feridas, 9 pessoas desapareceram, 355 foram presas, 120 foram interrogadas e 74 indiciadas.

Além desse, o mesmo autor menciona também um outro massacre que ficou repercutido na história do país como marco da luta camponesa, o massacre de Eldorado dos Carajás no estado do Pará sucedido em 17 de abril de 1996, onde 19 camponeses foram brutalmente assassinados pela polícia militar e 77 ficaram feridos.

As mortes dos camponeses não resultaram apenas do confronto em si. Segundo a perícia inicial, ocorreu uma desmedida execução sumária revelada pelos tiros de precisão, à queima roupa, por corpos retalhados a golpes de instrumentos cortantes (foices e facão dos próprios sem-terra) com esmagamentos de crânios e mutilações. (FELICIANO, 2006, p. 53).

Vale ressaltar que anterior a esses conflitos, na Bahia aconteceu um dos maiores marcos da história de luta pela terra, sendo ainda considerado o maior movimento de resistência à opressão dos grandes latifundiários do país, a Guerra de Canudos. A mesma ocorreu em meados dos anos 1896 e 1897 no sertão do estado.

Canudos aparece como efetiva proposta de resistência e de superação da política coronelista e em oposição ao latifúndio, pois ela constituía em integrar ao processo produtivo, numa experiência comunitária, as pessoas que estavam fora do processo produtivo e, por conseguinte, sem o direito a terra. Antônio Conselheiro e sua comunidade incomodaram e foram atacados por expedições militares vindas de quase todas as partes do Brasil, mas Canudos não se rendeu. Um fato que demonstra a determinação de um povo condenado a morrer de fome é a certeza de que a terra lhe é a única possibilidade real de se tornar cidadão em uma sociedade excludente, como fora o Brasil Imperial do Século XIX e como é até hoje. Mesmo com todo o aparato militar contra os trabalhadores que se opunham ao coronelismo, Canudos resistiu até ao último homem. (ALVES, 2013, p. 18)

A guerra de Canudos foi apontada como o maior conflito armado em todo território brasileiro. O movimento era composto por pessoas que foram escravizadas e por trabalhadores rurais sem-terra, o mesmo era liderado pelo beato Antônio Conselheiro, este grupo lutava contra as mazelas do Estado em busca de melhores condições de vida para o povo camponês. Alves (2013) aponta que nessa perspectiva histórica, a luta pela terra foi gestada com o sangue dos mártires em prol da Reforma Agrária e em favor da cidadania. A partir de então, as lutas camponesas mais características, espontâneas e localizadas aconteceram em quase todo o território brasileiro.

O movimento de luta pela terra contra o sistema capitalista se dá por um conjunto de intervenções que objetiva pressionar o Estado a efetivar as leis e formular políticas públicas que assegurem a permanência dos sujeitos em seus respectivos territórios. Para tanto, faz-se necessário analisar e acompanhar os processos, para assegurar o êxito nas lutas.

3.2 O CAMPO NO CONTEXTO BAIANO

Sabe-se que diante desse percurso histórico marcado por muita violência no campo, foram surgindo diversas formas de organizações e movimentos sociais em defesa dos direitos da classe trabalhadora, dentre eles, as chamadas Ligas camponesas e movimentos sindicais. Feliciano (2006, p. 81) ressalta que:

Desde o século XX, as lutas camponesas só confirmaram a necessidade de uma redistribuição de terras e uma política agrícola justa. Com todo um histórico secular de concentração de terras, o movimento camponês vem acompanhando e se firmando como contradição e oposição a esse estado geral (consciente disso, ou não).

Apesar das inúmeras tentativas do próprio Estado e dos grandes proprietários de terras de desorganizar e/ou fragilizar os movimentos de luta pela terra, muitos trabalhadores camponeses começaram a se organizar coletivamente para guerrear pela Reforma Agrária. A igreja católica teve uma participação fundamental na organização da classe trabalhadora do campo, não apenas no âmbito religioso como também social e político a partir da gestação da CPT- Comissão Pastoral da Terra. O autor citado acima, menciona ainda que “a CPT organizou e organiza, com trabalhadores, caminhadas e protestos, além de ter iniciado um processo de construção de uma conscientização e sentido de identidade camponesa, na luta pela obtenção de seus direitos.” (FELICIANO, 2006, p. 84).

Para compreender a luta pela terra e pela Reforma Agrária é preciso compreender antes de tudo, a formação do território brasileiro em meio as desigualdades sociais. Por isso é importante destacar que um dos movimentos que esteve e ainda permanece a frente dos enfrentamentos ao latifúndio e ao agronegócio é o Movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que existe desde a década de 1980. Trabuco, (2008, p. 27) aponta que “a importância do MST se dá tanto pela sua ação direta quanto pela sua influência na formação de outros movimentos, ao colocar a questão da reforma agrária na pauta política e ao apontar para novos métodos de luta pela terra.”

Com base nisso, é necessário compreender que o MST é um movimento socioterritorial que reúne em sua base diferentes categorias de camponeses e camponesas pobres, tais como parceiros, meeiros, posseiros, minifundiários e trabalhadores assalariados chamados de sem-terra, como também diversos sujeitos sociais com o intuito de desenvolver as lutas pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças na agricultura brasileira. (FERNANDES, 2012).

Dentre os demais movimentos que atuam na luta constante pelo acesso à terra e território na Bahia, podemos citar o CETA- Movimento Estadual dos Trabalhadores Rurais Acampados Assentados e Quilombolas, MAB- Movimento de Atingidos por Barragens, MLT – Movimento de Luta pela Terra, MPP- Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais, MPA- Movimento de Pequenos Agricultores, Movimento de Fundo e Fecho de Pasto, Movimento Indígena, Movimento Quilombola, dentre outros movimentos e organizações sociais.

O MPA encontra-se organizado em dezessete estados brasileiros, possuindo um histórico de luta e organização do campesinato nacional, na qual tem como ideia a política da produção de alimentos saudáveis, respeitando à natureza, para assim alimentar o povo brasileiro, e vem construindo uma proposta, a partir do campo, para a sociedade em geral. (GORGEN, 2012).

De forma semelhante o MAB é considerado um movimento social brasileiro que reúne populações tradicionais, a exemplo de ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, camponeses e populações urbanas afetadas de alguma forma por construções de barragens. Com isso, nasce em oposição ao tratamento dado aos atingidos por barragens pelas grandes empresas construtoras, governos e proprietários desses empreendimentos, mas, além disso, representa também uma força de transformação social. (ZEN e FERREIRA, 2012).

Já as comunidades de Fundo e Fecho de Pasto se configuram em sua origem na ocupação do sertão baiano enquanto modo de vida. Esta luta é fruto das lutas existentes, desde as décadas de 1970 e 1980, no campo. Este movimento se constitui a partir das formas espaciais existentes e das relações socioespaciais estabelecidas ao longo do processo histórico. (ALCÂNTARA, 2011).

Outro movimento importante que podemos destacar é o CETA, o qual, segundo Santos (2010), apresenta como objetivos a reforma agrária, pautada na distribuição de terras, no respeito ao meio ambiente e em melhores condições para que as pessoas pudessem viver na terra com dignidade. O mesmo apresenta também como necessidade que a assistência técnica seja pública e gratuita em contraposição à lógica adotada pelo governo de privatização, visando os princípios da agroecologia. Busca ainda, uma educação pública para o campo e no campo, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural respeitando as especificidades das regiões. Desta forma, se compromete com a luta pela extinção do latifúndio e no combate de todas as formas de opressão.

Com base nisso, afirma-se que os movimentos sociais desde as suas origens objetiva a reparação das desigualdades sociais para com o povo camponês. Além disso, os movimentos têm o papel fundamental na formação humana, social e política dos sujeitos. De acordo com Caldart (2012, p 550):

A luta social não tem um objetivo em si mesma: não se luta por lutar ou porque lutar eduque. Luta-se porque há situações que estão impedindo a vida humana ou a sua plenitude. E nesta atitude de enfrentar ou de resistir contra o que desumaniza está o principal potencial formador da luta, exatamente porque constrói condições objetivas para a formação dos sujeitos de uma práxis revolucionária (ainda que não a garanta).

Para tanto, faz-se necessárias intervenções precisas para minimizar os impactos causados pela má distribuição de terras no país e apontar perspectivas de mudanças na estrutura agrária.

Desconcentrar a propriedade da terra é uma condição necessária, porém não suficiente para a correção das mazelas decorrentes da atual estrutura agrária. Portanto, para realizar uma Reforma Agrária “ampla” e sustentável é necessário atingir magnitude suficiente para provocar modificações nessa estrutura, combinada com ações dirigidas a assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva. É preciso combinar massividade, qualidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos. Esses elementos ainda assim serão insuficientes se os beneficiários da reforma agrária e os agricultores familiares não estiverem inseridos por meio de suas associações e cooperativas em um espaço geográfico, social, econômica e politicamente dinâmico, se as ações não estiverem integradas num enfoque de desenvolvimento sustentável. (ATES INCRA - CACTUS/CETA 2006-2008, p. 16).

Germani (2010) chama atenção ao relatar que no Brasil e principalmente na Bahia, no que se refere a estrutura da propriedade da terra é que parte significativa destas terras são devolutas, ou seja, são patrimônios públicos que estão sendo apossados individualmente como mercadoria, como reserva de valor ou como valor de troca. Desta forma, supõe-se que mais de 55% do território baiano esteja nesta situação, melhor dizendo, constituído por terras devolutas, mas que o Estado não sabe onde e com quem estão, com isso, não tem o controle deste patrimônio público.

Ainda por cima, essas terras devolutas, ao invés de serem discriminadas, vão sendo regularizadas, em maioria dos casos para o enraizamento de atividades voltadas ao agronegócio, assim como aos programas do bio- combustível, da silvicultura, carcinicultura, turismo, mineração, dentre outras, aumentando, ainda mais, as áreas de conflito. (GERMANI, 2010).

Cabe dizer ainda que a Bahia tem um número alto de latifúndios, fruto de herança do modelo de exploração baseado na monocultura, em grandes extensões que foram desenvolvidas desde o período colonial em todo o território. Com isso, algumas culturas foram substituídas, e outras mais novas foram introduzidas, a exemplo do cacau e mais recentemente a soja no Oeste da Bahia e o eucalipto no extremo sul e no litoral da Bahia. (NETO, 2016).

Historicamente, o território baiano é um estado com enorme índice de concentração de terras. Observa-se que alguns monocultivos são produzidos na Bahia e certamente têm influenciado na expansão dos latifúndios. Por isso, nota-se a importância das formações de

assentamentos de reforma agrária como forma de minimizar essa centralização, como podemos perceber na análise Neto (2016, p. 58):

A criação de um assentamento não encerra totalmente a luta pela terra. Ao entrar na terra, surge uma série de novas demandas, e estas, às vezes, tornam-se mais difíceis de serem solucionadas que a própria conquista da terra, visto que em muitos casos ocorre uma retração na ação dos movimentos após a conquista da terra.

Com base nisso, entende-se que a reforma agrária é um meio de desapropriação de latifúndios, ao mesmo tempo que proporciona a formação de assentamentos numa política de desenvolvimento social. Sendo assim, uma proporção maior de desconcentração de terras só acontecerá de fato quando os governantes atuarem de forma menos injusta, na qual apenas beneficia o capitalismo agrário no campo, caracterizado de forma intensa pelo agronegócio e deixa de lado as lutas sociais.

Dessa forma, além de lutar contra a grande concentração de terras, os camponeses juntos as organizações e /ou movimentos sociais também se insere em oposição a expansão do agronegócio em suas distintas formas.

A luta pela terra na Bahia não se apresenta tão diferente da luta pela terra no Brasil. Ela apresenta a sua nova face: uma luta feita por movimentos variados, em conjunto ou isolados, e com estratégias variadas. Ainda que muitos não queiram enxergar, a luta continua e está viva. (NETO, p. 59).

Os assentamentos de reforma agrária junto aos movimentos sociais do campo têm organizado seus territórios para o desenvolvimento da produção de alimentos e outros produtos, por meio das relações familiares, comunitária, associativa ou cooperativa. A luta por seus territórios tem sido uma das principais marcas da formação do campesinato brasileiro.

De acordo com Cardel e Oliveira, (2013, p. 633), “a campesinidade é uma categoria encontrada em momentos e lugares diferentes, que expressa a importância de valor da ética camponesa para pessoas ou para grupos sociais. Trata-se, portanto, de uma característica presente, em maior ou menor grau, que é compartilhada.” Baseado nisso, nota-se que mesmo diante de divergências políticas e sociais, a luta dos povos camponeses possui um mesmo ideal, pois, as lutas são protagonizadas pelos mesmos através dos movimentos sociais, na busca por condições dignas de vida no campo.

3.3 CONJUNTURA AGRÁRIA NO TERRITÓRIO DA BACIA DE JACUÍPE

Ipirá está situada no Território de Identidade da Bacia do Jacuípe, na região Centro Norte do estado. Com base nos dados do último censo, o município possui em média 59.763 habitantes (IBGE, 2017). A economia de Ipirá se dá prioritariamente pelas atividades rurais, com destaque para a pecuária de corte e leiteira, seguida pela produção da agricultura camponesa e ainda pela fabricação de artefatos em couro.

O Território está inserido na macrorregião semiárida, compondo uma área de 10.718,0 km², o que equivale a 2,9% do território do estado e é composto pelos Municípios de Baixa Grande, Capela do Alto Alegre, Capim Grosso, Gavião, Ipirá, Mairi, Nova Fátima, Pé de Serra, Pintadas, Quixabeira, Riachão do Jacuípe, São José do Jacuípe, Serra Preta, Várzea da Roça e Várzea do Poço. (CODETER, 2016).

Mapa 1: Mapa do Território de Identidade Bacia do Jacuípe



Fonte: Portal Bacia do Jacuípe

Dentre os municípios citados anteriormente, apenas dois apresentam dados da Reforma Agrária, sendo eles Ipirá, com cinco projetos de assentamento com total de 322 famílias assentadas, com área de 16.000 hectares, e o município de Pintadas, com apenas um projeto de assentamento na qual possui 13 famílias assentadas com área equivalente a 260.00 hectares. Sendo assim, um total 16.260 hectares de áreas reformadas e distribuídas para os seis projetos de assentamento constituídos no território. (PERFIL TERRITORIAL, BACIA DO JACUÍPE-BA, 2015).

Conforme a análise do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Bacia do Jacuípe, (p. 19, 2016), o Território de Identidade possui como principais organizações produtivas, a:

Caprinocultura/ovinocultura e o cultivo de mamona. A caprinocultura/ovinocultura é bastante primitiva nessa região. O arranjo é executado de forma extensiva e constitui uma atividade predominantemente familiar, dividindo-se com outras atividades, constituindo, portanto, como uma atividade de fundo de quintal. O patamar tecnológico observado está direcionado para a produção de carne e produção leiteira, com o manejo do solo baseado em técnicas de baixo nível tecnológico. O cultivo de mamona é bastante promissor no território, sendo uma alternativa de geração de renda e emprego. Este arranjo não constitui uma atividade especializada, observando-se a ausência de variedades mais produtivas e insumos modernos. O manejo do solo é realizado com técnicas de baixo nível tecnológico, sendo classificado como nível A.

Com base nos dados do Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Bacia do Jacuípe, (2016) o território apresenta áreas sob influência predominante ao clima Subúmido a Semiárido com precipitações médias anuais variando de 600 mm a 1.000 mm e 400mm a 700 mm, respectivamente.

O bioma de ocorrência predominante do território e sobretudo do município de Ipirá é a Caatinga, sendo ele um bioma exclusivamente brasileiro, caracterizado por uma vegetação que se adapta aos longos períodos de estiagem. A caatinga possui uma grande biodiversidade, principalmente em relação às espécies nativas da fauna e da flora que por sua vez tem grande utilidade na vida dos povos campesinos, sobretudo dos sertanejos.

Há, entretanto, algumas espécies vegetais que conseguem armazenar e utilizar a água de forma racionada, mantendo suas folhagens mesmo em longos períodos de seca: o juazeiro, o umbuzeiro, a cajazeira, o faveleiro, a baraúna, o icó, o angico, etc. além de cactos que resistem aos períodos mais áridos: o mandacaru, o xique-xique, a palma, o cabeça-de-frade, e de

palmeiras como o licurizeiro, a areobeira e o ariri. Essas plantas, além de constituir uma simbologia cultural para o sertanejo, são fundamentais para a sobrevivência de espécies animais, tanto aqueles pertencentes à fauna catingueira, quanto os bovinos, caprinos e ovinos criados pelos agricultores. (CODETER, 2016, p. 20)

Embora a caatinga seja constituída por uma preciosa diversidade, há uma significativa preocupação com a substituição da vegetação nativa por pastagens, já que desde o período da colonização e que continua nos dias de hoje, sem qualquer mecanismo de controle sustentável, causou e ainda causa muitos danos ao meio ambiente que parecem irreversíveis: o rompimento do equilíbrio homem–natureza, aumento da aridez do clima, perda de qualidade dos solos e etc. A vegetação além de possibilitar o fornecimento de complemento alimentar para as pessoas e para os criatórios, protegia muitas espécies animais que também ajudavam na alimentação humana por meio da caça. (CODETER, 2016).

Sabe-se que são poucas as oportunidades favoráveis à sobrevivência e à melhoria das condições de vida nos pequenos municípios, principalmente naqueles que prevalecem os costumes coronelistas, e este é um dos fatores preponderantes para o processo recorrente de migração no âmbito territorial. Essa é uma característica do semiárido baiano, que muitas vezes ocasiona em deslocamento quase permanente de pessoas para outras regiões em busca de acesso a emprego, trabalho e à renda, aos serviços de educação e saúde, entre outros elementos. (CODETER, 2016).

Com base nisso, surgem as iniciativas por Reforma Agrária no município a partir do descontentamento dos camponeses e camponesas com as injustiças cometidas pela grilagem de terras, assim como as leis que beneficiavam os grandes proprietários. Com isso, deu-se início a uma organização coletiva como forma de resistência ao sistema perverso instalado não apenas no município, mas em todo o país.

Em Ipirá começou uma etapa de luta pela terra em meados dos anos 1990, que se concretizou no assentamento Sítio Novo, seguindo em 1997 com a criação do assentamento Aldeia, no ano de 2004 fundou-se o assentamento 1º de Abril, logo no ano seguinte, 2005, foi criado o assentamento Dom Mathias e por último, em 2013 o assentamento Oasis.

Quadro 3: Dados da Reforma Agrária no município de Ipirá

Assentamentos	Famílias	Área (ha)
Sítio Novo	17	485,00
Aldeia	84	3.265,60

1º de Abril	84	4.288,49
Dom Mathias	109	4.919,03
Oasis	31	2.852,45

Fonte: Elaborada por Maíse Matos com base em informações do Geografar 1985-2015

O apossamento dessas terras pela elite é responsável pela desigualdade agrária em todo o país, sobretudo na região Nordeste. Em razão disso, Ipirá é um dos municípios que retrata essa realidade, pois, o mesmo era habitado pelos povos originários da etnia paiaia que viviam numa região denominada por Serra da Caboronga. Esses povos foram brutalmente massacrados na época, como pode ser visto no relato de Santana, (2018, p. 19) citado por Barreto (2003).

O massacre se deu de forma violenta, sem condições de defesa nem de enfrentamento pelos povos, sendo realizado no raiar do dia. O que mais importava era o extermínio daqueles que impediam a colonização da região. O Capitão Braz Roriz de Arcão, que comandava a tropa responsável pelo massacre, afirmava a necessidade do fim daqueles povos, pois: “a civilização tem a marca da bondade entre os homens e para que assim prevaleça, temos que arrancar pela raiz a erva daninha.”¹⁵ E assim foi feito naquela aldeia, não sobrando nenhum indígena que, para os sertanistas, não passavam de animais.

Ainda de acordo com Santana (2018), os nativos foram duramente combatidos, sendo exterminados ou expulsos de suas terras, dando lugar às fazendas de gado. Essas ações se demonstravam pelo discurso que atribuía aos indígenas a “agressividade”, uma relação de causa e efeito que, na visão do colonizador, justificava o combate, desde antes da história do Camisão.

A princípio o município era intitulado por Santana do Camisão, Ipirá desmembrou-se de Feira de Santana e foi automaticamente criada pela resolução provincial de número 520 em 20 de abril de 1855, passando assim a chamar-se de Ipirá através do decreto 7521 de 20 de julho de 1931, o nome da cidade tem origem Tupi e significa 'cabeça de peixe', associando ao rio que banha parte das terras locais, denominado Rio do Peixe. (IBGE, 2017).

Camisão era o nome dado ao povoamento antes de se tornar Ipirá, por se tratar de uma vila constituída por viajantes que passavam pela região, geralmente transportando animais de uma localidade para outra. Segundo Santos, (2003, p. 30), “o primeiro núcleo de povoação foi a “Fazenda Camisão”, denominação ligada a um Português, rancheiro pioneiro na região, o qual se vestia com um traje camisolão, de algodão, confeccionado de maneira rústica.”

A região de Ipirá é reconhecida como a terra do couro e do bode. Do bode por ter relação com o costume de criação de caprinos no período de colonização e expansão do latifúndio no município, e mais recente, terra do couro, por estar atrelado a grande produção de artefatos produzidos como gerador de trabalho e renda na localidade. Naquela época de acordo com Santana (2018, p. 27):

A criação que se desenvolvia na atual Ipirá, inicialmente de gado bovino e posteriormente na criação de caprinos e ovinos, estava ligada a um costume do modo de criar às soltas, não apenas porque as fazendas eram enormes, mas, sobretudo, por existir uma prática que foi se consolidando ao longo do tempo, uma vez que essa prática não era apenas dos criadores detentores de grandes extensões de terras. Os pequenos agricultores também mantinham suas criações, na maioria das vezes de pequeno porte, e pastoreavam de forma extensiva e sem a presença das cercas.

Essa forma de produção se assemelha com o modelo de criação de Fundo e Fecho de Pasto, podendo ser entendida como uma experiência de apropriação de território típico da Caatinga e Cerrado baiano, naturalmente de grupos tradicionais de origem vaqueira, entendidos enquanto camponeses históricos que criam caprinos, ovinos, suínos e bovinos de forma extensiva em terras de uso comum, articulando esta prática com outras exercidas em lotes individuais. (ALCÂNTARA, 2011).

A implantação de duas Leis naquela época, sendo elas a Lei de Terras e posteriormente a Lei do Pé alto, favoreceram a elite agrária da região, e contribuiu mais uma vez para a desigualdade social da classe trabalhadora, sobretudo do campo. A Lei de Terras permitia a posse das mesmas apenas para quem pudesse pagar por ela. Santana (2018, p. 29) aponta que:

A Lei de terras, nos moldes em que foi criada, impossibilitou que a população cativa, liberta e em processo de emancipação, além de outros pequenos agricultores oriundos do processo de imigração, pudessem adquirir terras através da compra, uma vez que alguns não eram considerados sujeitos de direitos e outros não possuíam poder aquisitivo para adquiri-las

Já a Lei do Pé alto, interfere diretamente no modo de produção dos camponeses, principalmente no que diz respeito a criação de animais de pequeno porte às soltas no município, pois, com base na afirmação de Alcântara, (2011, p. 82):

A Lei do Pé Alto ou “lei dos quatro fios” tem sua origem na década de 1980, a partir de uma ação municipal realizada pelo legislativo com base no Código Civil de 1916, artigo 588, que concede ao proprietário do direito de cercar, murar, ou tapar qualquer modo e seu prédio, sendo ele urbano ou

rural. Alguns municípios introduziram a Lei do Pé Alto ou dos Quatro Fios, tornando obrigatório cercar a propriedade com no mínimo quatro fios de arame para controlar a circulação do gado, mas uma cerca de quatro fios não impede bode ou ovelha “miuça” (criação miúda como os camponeses denominam).

A referida lei permitia o cercamento das propriedades, o que resultou na desvalorização econômica para os agricultores e em privilégios para os fazendeiros. “[...] No caso de Ipirá, explicitamente mais favorável aos proprietários do gado vacum que, não por acaso, formaram e ainda formam a elite agrária local numa estrutura coronelista”. (SANTANA, 2018, p. 33).

Com a “Lei do Pé Alto” estabelecida no município, o foco da economia local foi se modificando, sendo voltado para a produção de artefatos em couro e a produção leiteira. Essa mudança não ocorreu apenas na questão econômica, mas também na estrutura fundiária do mesmo. “O surgimento e desenvolvimento das atividades relacionadas ao couro de boi e de bode no município de Ipirá estão associados à forte tradição com a pecuária, que são significativas para a economia do município e da região em torno do município.” (SOUZA, 2016, p. 76).

A expansão da pecuária serviu de base para concentração das terras e para o processo de colonização do sertão, logo se tornou a sustentação econômica também do município de Ipirá, sendo através dela o surgimento de outras atividades econômicas. (SOUZA, 2016). Em consequência disso atualmente o município possui em média 150 fábricas de artefatos em couro, que são geradoras de emprego formal, de carteira assinada e inúmeras unidades produtivas que ofertam emprego informal. Essas relações de produção se dão desde o século XVIII através de um saber e fazer específico passado de geração para geração.

Outra alteração significativa, segundo Santana (2018) pôde ser percebida através da vegetação da caatinga que foi sendo devastada e substituída pelas pastagens com pouca ou nenhuma árvore, para a criação extensiva de boi. Além do mais, as pequenas e médias propriedades vão sendo rodeadas pelas grandes fazendas e aos poucos são incorporadas a estas pela venda ou pela grilagem, intensificada com a Lei do Pé Alto.

De acordo com Motta e Pinheiro, (2001, p. 4), “a grilagem não é recente, constitui-se, pois num processo histórico e secular de ocupação ilegal”. A grilagem de terras foi um dos fatores ocorridos na época, na qual as classes dominantes falsificavam os documentos por meio da utilização de grilos e outros insetos em gavetas que ocasionava na rasura desses documentos originais e com isso lhes possibilitava o controle das terras no Brasil

Em vista desses acontecimentos na época, foram inúmeras as consequências apontadas sobre a vida dos camponeses, entre elas, a migração dos mesmos para outras cidades, inclusive para as grandes capitais em busca de oportunidades de emprego e melhores condições de sobrevivência. Por outro lado, foi surgindo o movimento de luta pela terra através do processo de reforma agrária no município, por parte daqueles que resistiam as formas de opressão. Com base nisso, Santana, (2018, p. 65), ressalta que naquele momento:

Muitos trabalhadores camponeses desapossados da terra começaram a se organizar para lutar pela Reforma Agrária. Para compreender como se deu esse processo de luta, em Ipirá, é necessário destacar o relevante papel dos posseiros que resistiram à grilagem, com a incidência do Pé Alto e o avanço do cercamento. Foram estes, justamente, os primeiros sujeitos a iniciar o processo de resistência e a luta pela posse e permanência na terra.

No município a luta pela terra contou com a participação da Igreja Católica, liderada pelo padre Ricardo e apoiada por bispo Dom Mathias, e mais a frente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. A igreja teve uma função essencial na organização dos trabalhadores por meio das Comunidades Eclesiais de Base - CEBs, que teve como intuito que sua formação não fosse apenas religiosa, mas, sobretudo sociopolítica, de modo que esses “cristãos” fossem protagonistas de suas lutas e compreendessem tal procedimento, numa perspectiva de classe. (SANTANA, 2018).

As lutas sociais se caracterizam através da organização da classe trabalhadora, sobretudo dos povos camponeses, os quais têm como principal bandeira de luta a reforma agrária popular, na busca por direito a terra, mas também das condições necessárias de permanência na mesma.

**SEÇÃO IV: OS DESAFIOS DO
ASSENTAMENTO DOM MATHIAS DIANTE
DA QUESTÃO AGRÁRIA EM IPIRÁ- BA**

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO

O Assentamento Dom Mathias está localizado no município de Ipirá -Bahia, a 242 km de Salvador. Tendo como acesso a partir da sede do município a BA 488 sentido Itaberaba, percorrendo aproximadamente 25 km até o povoado Conceição, seguindo em desvio à esquerda em estrada de chão, a mais 12 Km encontra-se o povoado Tamanduá, seguindo mais 3 Km chega-se ao assentamento. (ATES INCRA - CACTUS/CETA, 2006-2008).

A designação da área da fazenda Agropastoril Santa Isabel para a avaliação no INCRA se deu pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais- STTRI de Ipirá com o apoio da igreja católica, em meados do ano 1998. De acordo com Soares (2014) a indicação da propriedade para vistoria, com vista à desapropriação para reforma agrária foi feita pela primeira vez em 1998, mas a abertura do processo de desapropriação no INCRA é de 2002 e apenas em 2003 começou a articulação para ocupação da propriedade. Toda essa movimentação durou em torno de cinco anos para se consolidar.

Essa articulação foi auxiliada pelo CETA- Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas, mas, principalmente pela iniciativa do Sindicato do município. Conforme Soares (2014, p. 160-161), “nessa ação a atuação do sindicato, junto com o movimento CETA foi essencial para a mobilização dos trabalhadores e às ações de ocupação, organização e acampamento.”

Para a consolidação do processo de acampamento faz-se necessário a união dos objetivos dos camponeses para a concretização do bem comum para todos, sendo este o direito ao acesso e uso da terra, mesmo havendo uma pluralidade entre os povos. “Os acampamentos passam a representar espaços importantes para as estratégias políticas de grupos locais e outros agentes políticos, resultando em um espaço caracterizado como um campo de forças, onde os diferentes agentes buscam sua hegemonia.” (TRABUCO, 2008, p. 31).

Nessa perspectiva, no dia 15 de abril de 2004, na madrugada, no espaço do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ipirá mais de cem famílias se organizavam para o momento da ocupação da fazenda. A ação aconteceu em uma das fazendas da área destinada, conhecida como Bento, até a chegada de uma das herdeiras da fazenda, acompanhada da polícia para a retirada dos camponeses ali presentes.

O período entre a ocupação e a desapropriação ocorreu com diversos embates, devido ao fato de a representante dos herdeiros não aceitar a

desapropriação. Nesse sentido, ela recorreu a algumas decisões do INCRA, o que levou, em contrapartida, a contra resposta do CETA e resultou no retardamento da ação de criação do PA. O primeiro parecer de 2002 já indicava o não cumprimento da função social da propriedade. (SOARES, 2014, p. 162).

O acesso à terra no país perpassa por diversos conflitos, e é baseado nisso que Trabuco, (2008, p. 32) afirma que a formação de “alguns assentamentos são resultados de processos marcados de disputas e conflitos até mesmo armados, enquanto outros não prescindem de grandes embates, sendo produto de negociações.” No caso do assentamento Dom Mathias a conquista do direito a retomada da terra se deu por meio de negociações, após tentativa de retirada dos camponeses da área da fazenda.

Para cumprir com a legalidade do caso, o acampamento foi desfeito e instalado em uma propriedade vizinha, denominada por fazenda Ciatá, sendo esta, uma área pertencente a um apoiador da causa dos trabalhadores sem-terra. No primeiro momento foi construído os barracos de lona para alojar as famílias acampadas e mais dois barracões destinados um para a cozinha coletiva e outro para as atividades educativas. Logo mais, foi feita a horta coletiva para suprir parte da necessidade alimentar dos trabalhadores e um campo de futebol para proporcionar um espaço de lazer para os mesmos.

Em meio a esse período, os herdeiros da fazenda se organizavam para reverter a situação da fazenda em questão, ao discordar dos termos legais que asseguravam que o local era de caráter improdutivo, pois, propriedade descumpria sua função social. Soares, (2014, p. 162) aponta que “o imóvel foi classificado como Grande Propriedade Improdutiva, pois, além de não cumprir a legislação ambiental e trabalhista, não atendia aos graus de utilização das terras e eficiência de exploração, em acordo com a Lei 8.629/93 e alterações.”

Neste intervalo de disputa pelas terras da Fazenda Agropastoril Santa Isabel entre os herdeiros e os acampados, que já duravam um ano e cinco meses de luta, em agosto de 2005 ocorreu a imissão de posse, dando aos acampados o direito a retomada da área destinada para o assentamento. Em cinco de setembro de 2005, foi realizada uma alvorada para comemorar a vitória alcançada, dando seguimento para a ocupação da fazenda destinada a reforma agrária de onde um dia foram retirados.

O assentamento originou-se da Fazenda Santa Isabel e seu nome surgiu em homenagem ao Bispo Dom Matthias, que era um defensor da Reforma Agrária na região. Ao chegarem na fazenda foi feita a organização dos espaços, determinando as áreas disponíveis para mulheres e crianças, para os homens e para atividades coletivas. Também foi pensado o espaço

destinado para a nova instalação dos barracos, porém, não mais na estrutura de lona, onde as famílias poderiam ficar instaladas com um pouco menos de desconforto.

Figura 4: Agrovila do PA Dom Mathias



Fonte: Cerqueira (2006)

A partir de então a necessidade da organização social coletiva se faz ainda mais necessária para o desenvolvimento das ações. Com o passar do tempo foi se constituindo a escola novamente, em uma das estruturas da fazenda que eram utilizadas de forma coletiva, assim como uma creche e uma biblioteca. Também foram implantados projetos de produção, tendo como responsável legal a Cooperativa Agroindustrial da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, (COOADMI), projetos de cultura e lazer, entre outras conquistas.

De acordo com a ATES INCRA - CACTUS/CETA (2006-2008), o Projeto de assentamento tem área total equivalente a 4.919,0326 ha, distribuídas da seguinte forma:

Quadro 4: Organização territorial do assentamento

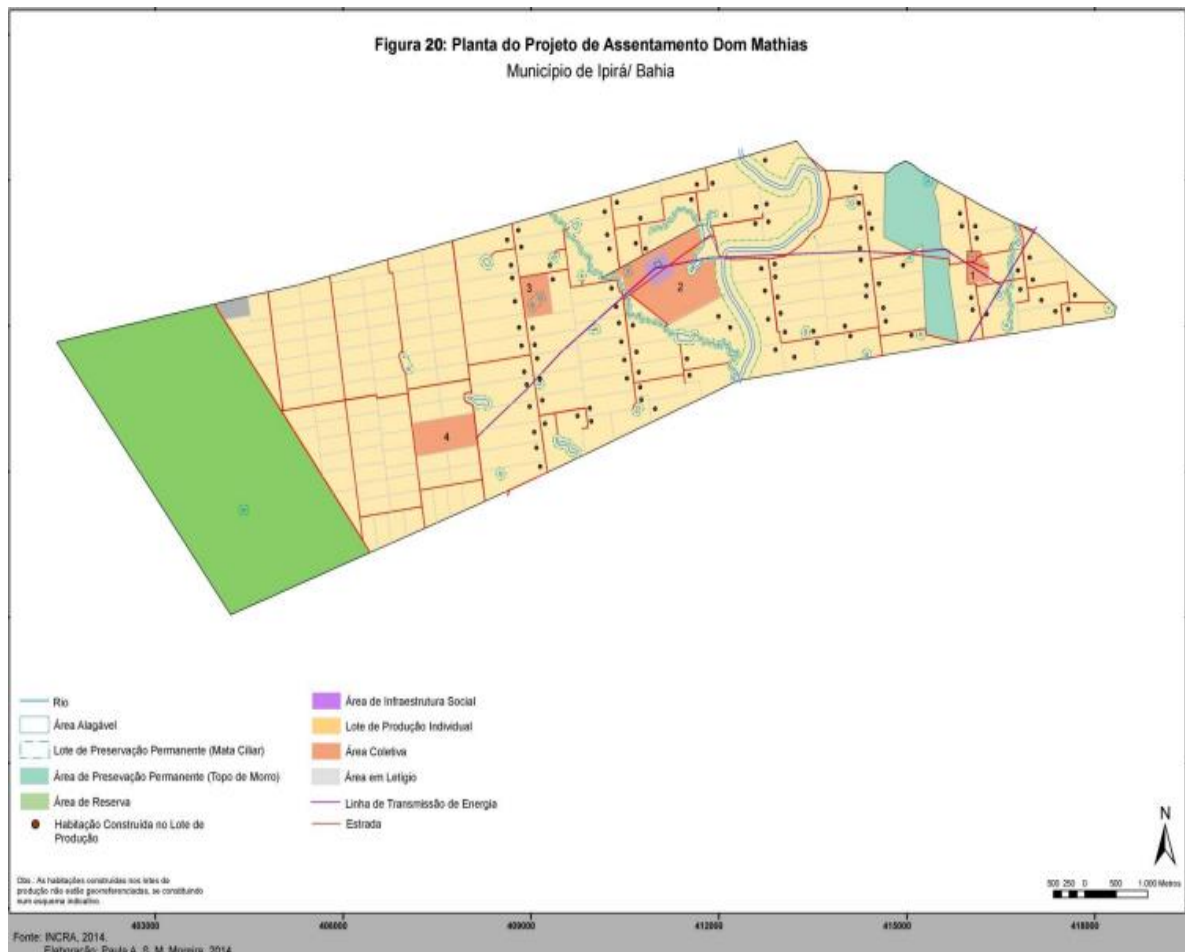
Áreas	Hectares (há)
Área de reserva legal	983,80 ha
Área de preservação permanente	304 ha
Área dos lotes individuais	3.125 ha
Área do lote individual	31,25 ha
Área Coletiva	509,20 ha

Fonte: Maíse Nascimento Matos com base no Plano de desenvolvimento do PA (2006-2008)

Alguns padrões de organização de um assentamento, inclusive no espaço físico de moradia e de produção geram impactos direto no modo de vida dos camponeses. As residências da agrovila se alinham dentro de uma uniformidade relativa, e que este projeto civilizador, há não só uma separação entre os espaços de moradia e o ambiente de trabalho, mas, influencia no tempo de trabalho nesse espaço de plantio, colheita ou pesca; e acima de tudo, existe um traçado urbano (ruas, medidas de quintais) que interfere na sociabilidade dos envolvidos. (CARDEL e OLIVEIRA, 2013).

As autoras citadas anteriormente ainda destacam que por outro lado, há quem acredite que esse modelo civilizatório “trouxe a possibilidade de espaços comerciais, educacionais, edificações comunitárias, instalações de rede de água tratada e elétrica” (CARDEL e OLIVEIRA, 2013, p. 630). O PA Dom Mathias se difere dos demais assentamentos da Bahia em sua organização territorial, pois, ao contrário da grande maioria ele prioriza a construção das moradias no mesmo lugar da produção, ou seja, ao invés de agrovila as casas são estruturadas nos lotes individuais das famílias.

Mapa 2: Planta do PA Dom Mathias



Fonte: Soares (2014)

A relação de trabalho que predomina é a produção por meio da Agricultura Familiar e alguns que ocupam cargos públicos. Então, as pessoas buscam manter uma relação de pertencimento com a natureza, preservando e buscando recuperar os recursos naturais, numa relação de cuidado com o meio, a sustentabilidade é indispensável para a permanência desses povos na terra. Trabuco, (2008, p. 47), enfatiza que:

A pauta produtiva dos assentamentos é informada por um conjunto de fatores: a qualidade dos solos, a infraestrutura instalada nos assentamentos, a existência de canais de escoamento da produção, o conhecimento acumulado pelos assentados em suas experiências anteriores de produção, o acesso aos créditos e o tamanho dos lotes.

A Agricultura Familiar, aparece como forma de assegurar a arrecadação de recursos financeiros e conseqüentemente o sustento das famílias. De acordo com Estival, (2016, p. 3), “a agricultura tradicional refere-se às práticas agrícolas oriundas das culturas locais, repassadas através de gerações, desenvolvidas e aperfeiçoadas através da prática, considerando as especificidades de cada região.”

Estival, (2016) ainda afirma que a diversificação das atividades produtivas, o crescimento da produção e comercialização da pequena agricultura familiar e assentamentos rurais podem representar melhores possibilidades de redistribuição do emprego e renda nas regiões, ao se preocupar com a produção e satisfação das necessidades humanas.

Para além disso, os assentamentos de reforma agrária também têm a função da geração de emprego e renda não apenas para os assentados, pois, também contribui no desenvolvimento das comunidades circunvizinhas, por exemplo:

Em um cenário de crise da agricultura tradicional e de fechamento do mercado de trabalho, especialmente para os segmentos menos qualificados da população, os assentamentos representam uma importante alternativa de trabalho. A presença dos assentamentos também atua como fator gerador de postos de trabalho não agrícolas (construção de casas, estradas, escolas, contratação de professores, surgimento de transporte alternativo, etc.) e dinamizador do comércio local nos municípios, situação que se acentua nos casos de elevada concentração de assentados. (TRABUCO, 2008, p. 48)

Ao analisarmos o contexto da região, observa-se que os moradores dos assentamentos, sobretudo do Dom Mathias, possuem terra o suficiente para sobreviver, porém, a questão não é quantidade de terra em si e sim as Políticas Públicas que precisam para que essas pessoas

produzam na terra que tem, que por vez, não chegam por falta de interesse e envolvimento do poder público.

A organização social e coletiva é um fator crucial para a formação de territórios, porque é através da luta que temos êxito de conquista, sem elas, qualquer categoria desorganizada não terá vitórias significativas. Desta forma, observa-se que atualmente o assentamento Dom Mathias possui avanços marcantes, para além das casas nos lotes, obtém acesso à energia elétrica, cisternas de água potável, cisternas e barreiros de produção, escola, entre outras conquistas.

Além disso, a comunidade também dispõe de algumas estruturas e equipamentos que não estão em funcionamento, a exemplo do Centro de formação, casa do mel, casa de farinha e poço artesiano. Com base nessa conjuntura, é preciso que os assentados enfrentem os desafios de forma ainda mais articulada, fazendo a análise das práticas já realizadas e traçar novas estratégias de convivência no campo.

É importante destacar que nas etapas a seguir buscamos apresentar as variáveis de análise em sistemas agrários, a partir dos seus respectivos indicadores, através das entrevistas realizadas. Na primeira variável: Organizações sociais, apresenta-se a análise das ações de organizações sociais, associações, sindicato e movimentos sociais atuantes no campo; na segunda: Produção agropecuária local, aponta-se a verificação da utilização das terras, produção agroecológica e beneficiamento de produtos agrícolas e por fim, na variável: Comercialização, descrevemos os meios de escoamento e comercialização de produtos agrícolas da comunidade.

4.2 ORGANIZAÇÃO SOCIAL NO CAMPO

Sabendo da importância da Reforma Agrária e observando a grande concentração de terras no município, inclusive com áreas improdutivas, o Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Ipirá- STTRI, juntamente com a igreja católica e a Comissão Pastoral da Terra- CPT assume o papel de traçar estratégias de luta pela garantia dos direitos da classe trabalhadora do campo. “[...] Na medida que os trabalhadores tem o sindicato que é a entidade que lhe representa, ele não fica descoberto sem ter a quem lhe represente.” (UMBUZEIRO).

A observação crítica do entrevistado citado anteriormente, aponta também as contribuições do STTRI não apenas no acesso à terra, como também na busca por alternativas de permanência no campo.

O sindicato é uma entidade que sempre, desde a sua fundação ele tinha um objetivo, de melhorar a vida dos trabalhadores rurais para uma condição melhor. Foi justamente por conta disso, pelas lutas do movimento sindical que os trabalhadores rurais obtiveram grandes conquistas, direito ao PRONAF, a pequenos projetos para produzir melhor no campo, que antes dos sindicatos a dificuldade era bem maior. [...] Foi uma luta bem feita digo assim, no sentido de conquistas como melhoramento no trabalho, no plantio, na condição e também uma coisa importante que os trabalhadores rurais conquistaram foi o direito ao benefício para aposentadoria rural, que foi uma conquista melhorada na Constituição de 1988, porque antes não era aposentadoria, antes era um amparo que se chama amparo ao idoso praticamente, que o trabalhador só recebia metade do salário mínimo. (UMBUZEIRO)

Vale ressaltar que as organizações sociais tem a função de fomentar a coletividade na defesa dos interesses dos camponeses e camponesas, como também é importante para que as famílias consigam se organizar institucionalmente na resistência pelos territórios. Mandacaru, em entrevista menciona que:

No que se refere ao sindicato, podemos falar do papel social que esta instituição desempenha na busca de garantir o acesso dos trabalhadores as políticas públicas através de parcerias institucionais e sua atuação junto aos trabalhadores na tentativa de despertar para as possibilidades da economia solidária.

Diante da fala do entrevistado Aroeira-vermelha, é possível perceber como se deu essa articulação de luta pela terra no município, bem como, os motivos que influenciaram a organização social e coletiva em busca de melhores condições de vida em meio aos grandes latifúndios que os cercam.

Ipirá está situado na região da Piemonte da Diamantina, onde tem uma grande área territorial, nós temos aí em torno de 3.050 km² se não me falha a memória e é onde predomina grandes latifúndios, mas nós podemos observar que a luta aqui na Reforma Agrária começou nos anos 80, tivemos na época a ocupação da Fazenda Santo Antônio, aonde houve conflito entre o proprietário e os trabalhadores sem-terra, naquela época o latifúndio acabou conseguindo expulsar os acampados com a força policial e que deixou assim realmente uma marca na história de Ipirá. Depois também tivemos Sítio Novo, que também teve enfrentamento, mas acabou prevalecendo, teve também a Laranjeira, que foi outro processo que acabou não consolidando, tivemos depois o assentamento Aldeia, que se consolidou, a experiência também do Dom Mathias que foi uma das boas experiências da Reforma Agrária. Temos também o assentamento Oasis e o que podemos dizer é o seguinte é que Ipirá aqui na região da Piemonte da Diamantina, ainda é o

único assentamento que se conseguiu fazer Reforma Agrária aqui dos 15 municípios que compõem o território Bacia do Jacuípe. [...] Mas o que podemos ainda afirmar é que pela dimensão territorial de Ipirá o latifúndio ainda prevalece, a terra aqui precisa ser mais dividida.

É necessário compreendermos que os conflitos por terra em Ipirá são reflexos da trajetória histórica que constitui o município, onde a disputa pelo território é acentuada por muita violência e miséria no campo desde o período de colonização. Nesse sentido, concorda-se que.

A estrutura fundiária de Ipirá, assim como a maioria da estrutura fundiária dos municípios dessa região, tá marcada pelo processo de grilagem, que se avançou muito na década de 70, 80 e depois foi se modernizando de outras formas, então há uma desigualdade muito grande com relação a concentração fundiária, a concentração de terra e por isso desencadeou na década de 80 e 90 as principais lutas pela Reforma Agrária, justamente pela grande concentração de terra. (YPÊ-ROXO).

Considerando o contexto dos municípios que compõem o Território de Identidade Bacia do Jacuípe, identifica-se Ipirá como o maior em extensão e quantidade de população, além disso, centraliza a maioria das relações econômicas e rede de serviços úteis à população regional. Com base nisso, Ypê-roxo ainda alerta:

Falando do município em si, há muitas pessoas sem terra ou com pouca terra para a produção. Dada a localização geográfica de Ipirá, o índice pluviométrico é muito baixo, então nós sabemos das questões da seca, que é constante e a seca só é um problema, nós sabemos que por conta da ausência de Políticas Públicas, que foi estrategicamente vista, feita pelo Estado, historicamente pensada pelo Estado como forma de dominação né, como forma de exclusão e até de expulsão das pessoas do campo.

Em acordo com o entrevistado mencionado acima, Umbuzeiro, destaca as impressões vistas no cotidiano do sindicato ao se deparar com questões da desigualdade social, na qual aponta que a maioria dos moradores do campo não possuem terra suficiente para viver e trabalhar.

Pelo que nós conhecemos no próprio sindicato, quando as pessoas vão dá entrada na aposentadoria, no salário maternidade, a maioria das pessoas que vai não tem terra, aí trabalha na terra do sogro, da sogra, do avô e quando a gente pega esses documentos a gente pega as escrituras dessas terras, da sogra, do sogro, dos avós, ou do pai ou da mãe é de 100 tarefas pra cá, de 50 tarefas, não tem muita gente com muita terra, tudo pequenos proprietários,

no entanto, há poucos proprietários com enormes fazendas aqui em Ipirá. Daí a gente percebe a importância que tem a Reforma Agrária para a agricultura. (UMBUZEIRO)

A partir dos elementos analisados, observa-se que os moradores dos assentamentos de Reforma Agrária em sua maioria possuem terra o suficiente para sobreviver, porém, a questão não é quantidade de terra em si e sim as Políticas Públicas que são necessárias para que essas pessoas produzam na terra que possui. Por outro lado, constata-se que nem todos os sujeitos do campo encontram-se nessa condição.

Sabe-se que há um grande desafio na vida dos assentados, que perpassa a luta pela terra, pois, trata-se de uma luta constante por sobrevivência, na busca por políticas de permanência no campo. Uma das maneiras utilizadas para atender as demandas das comunidades é a organização coletiva, o que se torna um limitante principalmente quando se trata de assentamentos que não são fruto de lutas gestadas por movimentos sociais. (CARDEL e OLIVEIRA, 2013).

Diante disso, cabe ressaltar que é necessário o engajamento dos assentados nos processos organizativos. Cardel e Oliveira, (2013, p. 628) acreditam que, “ser um assentado é viver as incertezas da inserção social, baseada em ações de resistência e de adaptação ao mesmo tempo.” Afinal, acredita-se que as lutas coletivas são instrumentos de transformação social e construção de sujeitos pensantes capazes de amenizar o nível de desigualdade imposta a sociedade mais carente.

Atualmente o PA Dom Mathias possui duas entidades representativas, sendo elas: Associação comunitária dos moradores do Assentamento Dom Mathias e Associação de assentadas e assentados do Projeto de Assentamento Dom Mathias. “Embora tenha muita dificuldade de conseguir as coisas, o intuito da associação é se organizar e buscar melhorias, em todos os sentidos.” (ANGICO).

Com base nisso, o entrevistado a seguir menciona sobre a papel fundamental dessas instituições sem fins lucrativos na criação de espaços de participação e na autonomia dos sujeitos, pois, as mesmas visam os interesses do bem comum de um coletivo.

A contribuição da associação significa fomentar a produção agropecuária né, com foco na Agricultura Familiar, incentivar o associativismo, a solidariedade entre os assentados e também reivindicar melhorias das condições do assentamento e da região. [...] A associação ela tem o dever com a participação de todos, de buscar a questão da comercialização dos produtos que ainda é um gargalo no assentamento para que os agricultores consigam garantir primeiro a venda dos seus produtos, como conseguir

melhores preços, inclusive neste momento que a própria Lei Previdenciária exige notas de comercialização da produção agropecuária e nós observamos que esta comercialização no assentamento ainda é feita através de terceiros, então é um desafio ainda que nós temos. (AROEIRA-VERMELHA)

Essas associações foram criadas com o intuito de integrar as ações dos assentados e assentadas, sendo eles agricultores e trabalhadores rurais, que buscam benefícios de melhoria, tanto para o processo produtivo e comercialização de produtos agrícolas, quanto aos interesses da própria comunidade à qual pertencem.

4.3 SISTEMA PRODUTIVO AGROPECUÁRIO

O assentamento está inserido numa área do município que o bioma de ocorrência é predominantemente Caatinga, onde “o clima característico desse bioma é o tropical semiárido, que apresenta elevada temperatura ao longo de todo ano e pluviosidade escassa e irregular, com baixa umidade relativa do ar.” (JÚNIOR, et al, 2010, p. 143). Com base nesse contexto, é preciso que se enfrente os desafios para a construção de um modelo de produção pautado no enfoque agroecológico, para o uso comum da terra.

A proposta de uma produção agroecológica é um contraponto ao modelo de produção capitalista instalado pelo agronegócio, que tem como base a expansão agrícola centrada na monocultura, na dependência de insumos químicos e no crescente uso de mecanização. Além disso, esse sistema ainda detém grande concentração de terras e exploração da mão de obra da classe trabalhadora.

Verifica-se que devido essa questão territorial do município e os interesses históricos que estão em jogo, a Agricultura Familiar e seus princípios são colocadas em segundo plano, já o agronegócio tem um olhar privilegiado pelo poder público. Com base nisso, Ypê-roxo, salienta que:

O poder público tem muito pouca atuação para Agricultura Familiar, apesar de muitos projetos, alguns projetos na verdade do Governo do Estado nos últimos tempos, mas do ponto de vista de execução mesmo, tem uma dificuldade grande, principalmente na formação, trabalho de base, formação política das pessoas, formação técnica também, respeitando o que já se sabe dos costumes de cada um para que essas Políticas Públicas tenham resultado. [...] Mas do ponto de vista também da gestão local, há uma dificuldade muito grande e nós sabemos que o fortalecimento do Agronegócio ele é tanto do governo do estado, quanto dos governos municipais que tem passado, porque a maioria deles que vem passando, compreende o agronegócio como

importante para a produção, como importante para o desenvolvimento, enquanto isso, vai deixando a Agricultura Familiar, que é quem de fato produz alimentos, porque o restante só produz né, o agronegócio só produz commodities. [...] Esse é um problema que não está ligado só ao município de Ipirá, mas está diretamente relacionado a estrutura fundiária do Brasil.

Com base nisso, visualiza-se a falta de interesse e envolvimento do poder público, nas ações que dizem respeito ao povo do campo, principalmente quando se trata de questões relacionadas a produção agroecológica, como podemos observar na fala de Juazeiro:

Com certeza a atenção do poder público tem tendência maior para o agronegócio né, dá para se perceber na feira livre, você não tem um espaço organizado para a Agricultura Familiar e é banalizado entre o convencional com agrotóxico e o que tem de lavoura ali sem agrotóxico né, sem o veneno, então a gente percebe pra quem se volta. [...] Outra coisa, sempre que os bancos abrem os créditos eles primeiro procuram os que se encaixam né, os grandes, pra depois o pequeno produtor ou até não procuram.

Dessa forma, é notório que mesmo com o acesso à terra ainda existem muitos desafios para se concretizar a produção agroecológica desejada pelos assentados e assentadas, assim como para os demais trabalhadores e trabalhadoras ruais do município. Juazeiro ainda relata que:

Infelizmente aqui em nosso município ainda não tem a diferenciação, você chega na feira livre ou em qualquer outra feira aí, você ver o convencional com o nosso produto sem agrotóxico na mesma prateleira sem diferenciação nem de valores, nem de referência, mas no dia que tiver organizado ele vai tá com o valor elevado e nós comendo dos produtos com agrotóxico por questões financeiras. [...] Nós não avançamos nessa parte e eu diria que é a parte mais importante para o setor rural, porque é ela que vai dá todo sentido a economia, perceba que todas as vezes que o campo não tá em crise o comércio não responde e quem cuida do campo, é pra ser a Secretaria de Agricultura, desde o pequeno agricultor ao latifundiário, mas principalmente se tratando de municípios como o nosso, pequeno, era pra ter uma atenção mais voltada para a agricultura familiar.

A discussão da produção agroecológica no assentamento Dom Mathias vem sendo pautada desde o início de sua formação, pelo fato de compreender a importância desse projeto para a vida dos sujeitos, na perspectiva de uma soberania alimentar, onde os próprios assentados e assentadas pudessem ter autonomia para produzir seus próprios alimentos de maneira saudável.

Durante todo o processo, desde a mobilização das famílias até a concretização do assentamento, houve uma preocupação com a forma em que se daria a produção e assim virou política do assentamento a defesa da agroecologia e o combate ao uso de agrotóxico. Até hoje colhe-se os frutos

dessa educação, muito embora torne se cada dia mais difícil resistir ao assédio do sistema dominante, até por que não existe valorização da produção limpa por parte dos consumidores o que leva os produtores a não ver vantagem em produzir de forma mais trabalhosa e não ganhar de forma equivalente ao produto de qualidade muito superior ao convencional. (MANDACARU)

Embora seja nítido os motivos para defender esse modelo de produção, observa-se que existem inúmeros problemas tanto internos, quanto externos que dificultam o desempenho dessas ações. Ypê-roxo, chama atenção para essas demandas, quando menciona que:

A produção de alimentos sem veneno é uma questão tão importante mas, que o próprio sistema capitalista tenta se apropriar em determinados momentos... mas ainda é muito difícil pra o próprio agronegócio que produz commodities, que produz em larga escala, em grande quantidade, mas é uma questão de saúde pública, então, quando o Estado perceber que produzir o alimento sem veneno vai se ter menos problemas de saúde e menos gasto, talvez seja o momento que a gente vai conseguir ter isso como pauta de Estado e não apenas como pauta dos Movimentos Sociais. [...] No assentamento Dom Mathias em si, o trabalho da produção agroecológica é muito tímida, apesar de ter um processo educativo, não se tem o uso muito forte do veneno, no ponto de vista das pastagens né, mas ainda não se tem o trabalho consolidado de produção agroecológica da forma que deveria ser, ou seja, de forma coletiva e conjunta com uma produção organizada e com uma comercialização específica destinada pra um mercado que valorize essa produção agroecológica. [...] Apesar das iniciativas que se tem no Dom Mathias ainda é muito tímida para o que se precisa alcançar no município, agora eu vejo o assentamento com um potencial agroecológico, mas depende muito além de Políticas Públicas, principalmente dessa organização coletiva que eu acho que ainda tá um pouco distante do que se precisa alcançar.

Outra preocupação recorrente é referente ao beneficiamento dos produtos agrícolas produzidos nas comunidades, sobretudo no PA Dom Mathias, bem como, a agregação de valores dos mesmos, pois, entende-se que são ações necessárias para a geração de emprego e renda das famílias, como podemos notar na análise de Ypê-roxo:

O Dom Mathias tem um grande problema de organização das famílias né e os problemas internos que há e isso dificultou muito a produção, o beneficiamento de produtos... infelizmente é muito triste, mas é o que ocorre, então ao meu ver, essa questão da produção de alimentos hoje ela está muito mais forte apenas na produção de hortaliças.

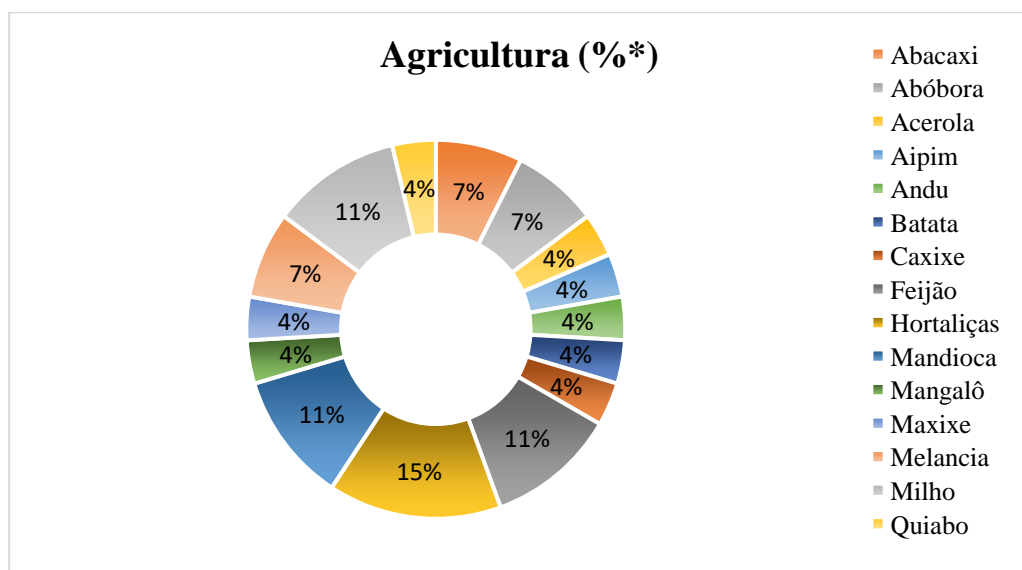
Em consequência disso, pode-se apontar, por exemplo, alguns elementos que contribuem para essa problemática a partir da reflexão de Juazeiro:

Infelizmente não temos aqui produtos beneficiados, no momento aqui não me recordo de nenhum. Normalmente a gente produz e vende inatura, vende para atravessador ou na feira livre, mas ainda não conseguimos organizar nossa produção e olhe que a gente tem uma produção, eu diria bem diversificada. [...] E aí tem uma coisa muito, eu diria que lamentável é que temos também as unidades de beneficiamentos e até hoje não conseguimos implantar nada. Lamentamos por essa situação, que eu me lembro tem a casa do mel, tem o conjunto de despulpadoras de frutas, tem resfriadores, alguns kits de desidratar frutas e se for puxar aí pela memória deve ter outros que eu não lembrei no momento.

De acordo com Estival, (2016) a diversificação das atividades produtivas, o crescimento da produção e comercialização da pequena agricultura familiar e assentamentos rurais podem representar melhores possibilidades de redistribuição do emprego e renda nas regiões, ao se preocupar com a produção e satisfação das necessidades humanas.

A partir das entrevistas foi possível identificar alguns elementos que norteiam a economia do assentamento com base na produção agrícola, como podemos observar no gráfico abaixo. Além disso, aparecem também, como fonte de renda algumas atividades não agrícolas, tais como artesanato de palha (esteiras, chapéus, bolsas, etc.), artigos de crochê, bordado, entre outras atividades artesanais.

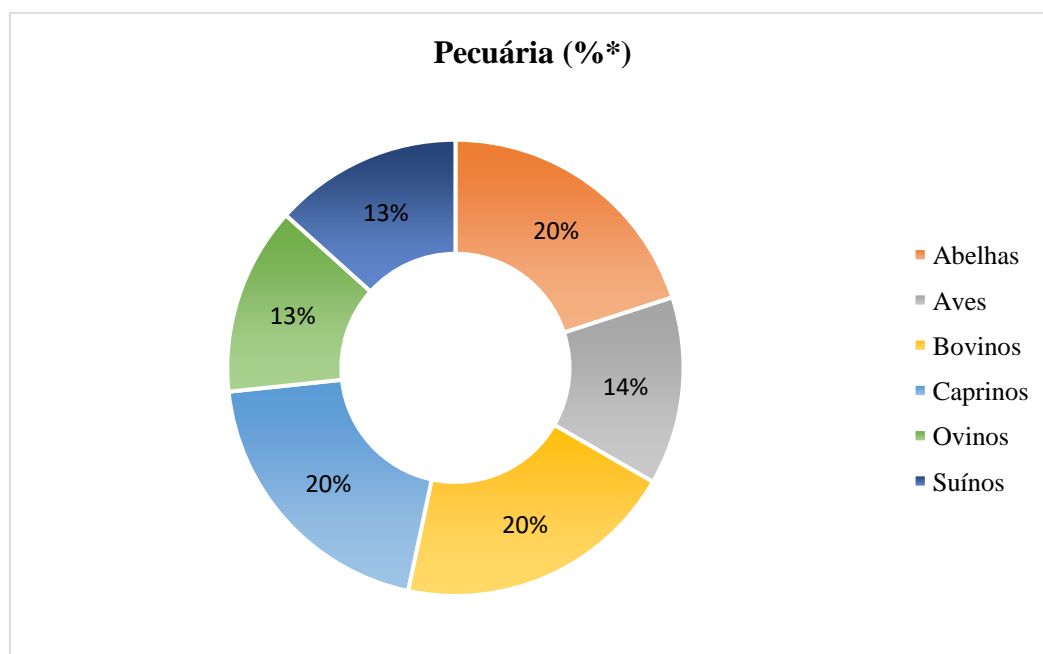
Gráfico 1: Principais produções da agricultura no assentamento Dom Mathias citadas pelos entrevistados/as



Fonte: Maíse Nascimento Matos, com base em entrevistas semi-estruturadas

No gráfico a seguir, podemos analisar as principais produções na pecuária introduzidas pelas famílias do assentamento Dom Mathias.

Gráfico 2: Principais produções na pecuária do assentamento Dom Mathias listadas pelos entrevistados/as



Fonte: Maíse Nascimento Matos, com base em entrevistas semi-estruturadas

Nessa perspectiva, observa-se que atividades produtivas das famílias do assentamento Dom Mathias se dão de forma heterogênea, baseadas nas necessidades das mesmas e das condições de trabalhos, como pode ser observado no quadro acima. Além disso, existe uma relação entre os sujeitos e o meio que transformam esses ambientes em lugares significativos para viver.

A importância da produção agroecológica está ligada a qualidade de vida, diretamente o convívio com a mãe natureza, ou seja, através do movimento agroecológico você tá se alimentando de saúde, aumentando a sua imunidade e também a possibilidade de viver muito mais tempo. [...] Para valorizar a produção agroecológica é preciso que o município e também as entidades sociais promovam seminários, feiras agroecológicas e também se precisa na feira livre do município um espaço só desses produtos. [...] é preciso também ter essa questão ambiental como uma disciplina, talvez não só nos cursos de agropecuária, mas em todos os seguimentos da educação, desde o início da escolarização já mostrar a importância desses produtos agroecológicos. (AROEIRA- VERMELHA)

As práticas agroecológicas na qual defendemos, conforme a análise de Ribeiro et al (2017) podem ser percebidas como um modo de resistência da agricultura familiar, diante do processo de exclusão do meio rural e homogeneização de cultivos, sem contar que essas práticas se alicerçam em pequenas propriedades, com atividade familiar, em sistemas produtivos diversificados e adaptados às condições locais.

Na maioria das vezes os agricultores e agriculturas preparam o solo manualmente, praticamente não utilizam agrotóxicos na produção, praticam adubação orgânica com os insumos disponíveis nas propriedades (esterco, restos de alimentos, poda, etc.). A proposta de produção no assentamento, desde o início vem se constituindo no enfoque agroecológico, partindo do princípio da necessidade de se fazer o uso correto da terra e dos componentes que a compõe tornando viável o futuro desejado pelos trabalhadores.

Embora, ultimamente tem-se observado no município que as ações humanas tem causado alguns impactos negativos para a natureza, como por exemplo o desmatamento, a degradação do solo, uso excessivo de agrotóxicos causando contaminação do solo e das águas, entre outros atos que apresentam algumas limitações para a produção agroecológica, como podemos ver na menção de Mandacaru:

A produção agropecuária no assentamento e no município apresentam limitações ao desenvolvimento, esse fato se deve as condições edafoclimáticas e a ausência de tecnologias adequadas à realidade local. Outro fator a ser considerado, dentro do contexto dos desafios para o desenvolvimento produtivo das regiões semiáridas, é o alto índice de vulnerabilidade socioeconômica, tendo-se em vista a ocorrência de desigualdades na distribuição de terras e na concentração de rendas. [...] A agricultura predominante no Semiárido é a do tipo tradicional de sequeiro, onde a produção só ocorre com abundância de águas pluviais, tornando-a impossibilitada em anos com baixa ocorrência de chuvas. Além desses desafios, as práticas de manejo insustentável dos recursos da Caatinga vêm ocasionando a sua degradação.

Durante as entrevistas também apareceram outros contrapontos a concretização do modelo de produção agroecológica, a exemplo de problemas internos da própria comunidade, como mostra na fala a seguir:

Acredito que a principal dificuldade hoje no assentamento, é na dimensão principalmente da produção, apesar de não se ter ainda também uma constância de feiras agroecológicas né e pontos de venda do assentamento, já tem iniciativa na cidade, no sindicato que já tem uma barraca com produtos do assentamento, algumas pessoas também vendem na feira outros entregam direto né pra alguns consumidores, mas ainda são muito individuais, então

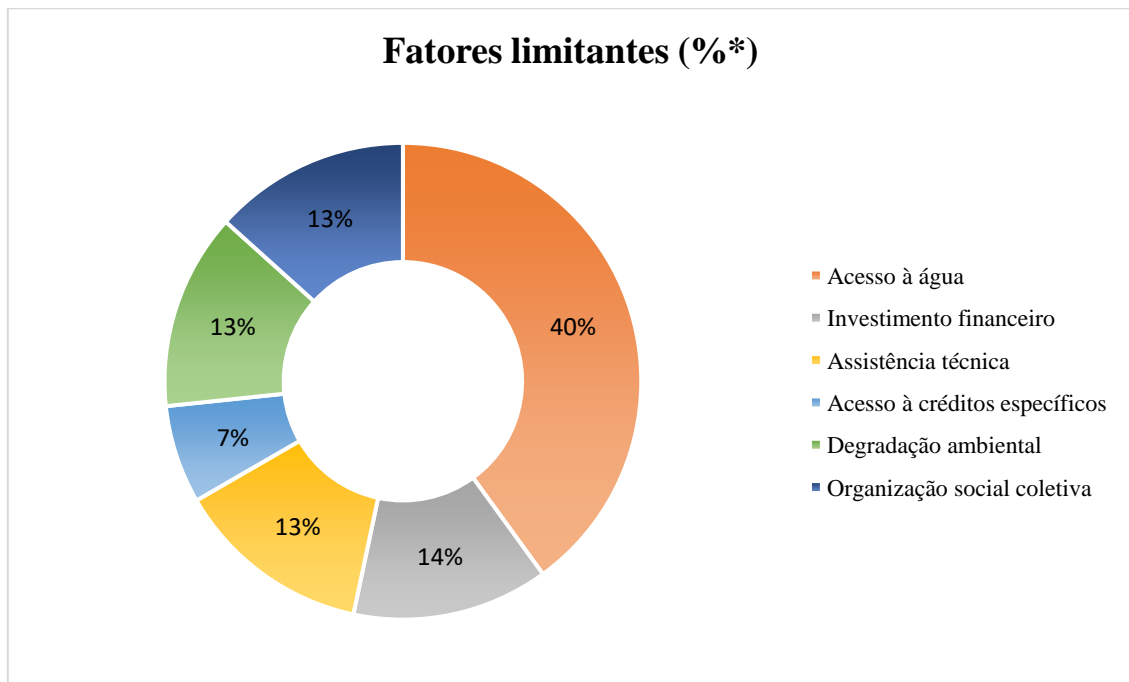
pra mim a principal dificuldade ela volta para a organização política conjunta, coletiva, comunitária, eu acho que essa é uma dificuldade porque o assentamento ele tem hoje dois grupos políticos, pelo menos dois grupos e isso dificulta que se faça uma organização de comercialização né, que tenha um escoamento da produção de forma mais organizada. [...] A produção no assentamento hoje ainda é muito pequena para aquilo que se almeja né, pra aquilo que a gente pensou o assentamento. (YPÊ-ROXO).

Além disso, também foi relatado que outro limitante é o acesso água, não apenas por conta da irregularidade das chuvas na região, como também pela falta de assistência do poder público, quando se trata da agricultura familiar.

O acesso à água no nosso município ainda não é o suficiente, mas melhorou muito, melhorou justamente por causa de vários projetos, no início foi o Programa de milhão de cisternas no semiárido, depois tiveram vários projetos que foram muito importantes, principalmente nos governos Dilma e Lula, claro a gente não pode negar. Mas também foi por conta de uma organização muito grande da CARITAS, que buscou recursos. Primeiramente os recursos vieram das organizações sociais, depois foi que o governo Lula liberou o recurso pelo MDS, ele assumiu o governo em 2003 e aí ficou mais fácil para serem concluídos porque tinha recurso do governo e antes não tinha. Isso para água de consumo. [...] A gente tem discutido que o agricultor tem que ter três cisternas, uma para consumo, apenas com água da chuva, outra para água de carro pipa, aí é com o poder público e a outra para a produção. Nós temos aqui no município, várias cisternas de produção de 52 mil litros que essa é para a produção de horta orgânica, sem veneno e também vender os excedentes, que é muito importante, temos também barreiros de trincheiras, que vieram justamente do consórcio do Território Bacia do Jacuípe. Mas ainda é pouca de acordo com a extensão do nosso município, ainda é pouco, precisa de mais projetos. (UMBUZEIRO)

Vejamos a seguir que através das entrevistas realizadas, foi possível visualizar esses impactos para a produção agroecológica em Ipirá e mais precisamente no assentamento Dom Mathias.

Gráfico 3: Desafios apontados pelos entrevistados/as na produção agroecológica no PA Dom Mathias



Fonte: Maíse Nascimento Matos, com base em entrevistas semi-estruturadas

Desse modo, fazer a transição agroecológica nessas áreas tem sido uma alternativa para minimizar esses problemas e proporcionar a recuperação dos recursos naturais e ainda melhorar a qualidade de vida dos sujeitos. Para tanto, é importante ressaltar que o Estado precisa assegurar essas ações com políticas públicas, tecnologias sociais, assistência técnica, formações, entre outras atuações. Ou seja, é necessário ter responsabilidade camponesa, mas é indispensável o comprometimento institucional para que a produção agroecológica aconteça.

Nesse processo, faz-se necessário que os agricultores familiares se articulem para produzir cada vez mais produtos com qualidade, o que acarretará em importantes resultados nos diversos modos de vida dos povos do campo e ainda contribuirá para sua autonomia econômica. Para tanto, é essencial também agregar valor à produção, potencializar a oferta dos produtos através da autogestão analisando as possibilidades e limitações que o constituem.

4.4 ESTRATÉGIAS DE COMERCIALIZAÇÃO

As condições precárias de vida e de trabalho, as situações competitivas dos trabalhadores e trabalhadoras da agricultura familiar para que se insiram nos mercados dos

sistemas agroalimentares ainda são deficientes ou inexistentes para que suas atividades produtivas gerem emprego e renda suficiente para a sobrevivência digna dos povos do campo. (ESTIVAL, 2016). Analisa-se então, que os agricultores necessitam de políticas públicas que garantam a produção de alimentos saudáveis, não apenas para o consumo, mas também para a comercialização dos excedentes.

Identifica-se que a comercialização agrícola do PA Dom Mathias ainda não tem muita visibilidade, a produção é desenvolvida primeiramente para o consumo familiar, em alguns casos também ocorre a comercialização de excedentes, mas, ainda de maneira tímida. Dessa forma, são inúmeras as preocupações para sanar ou ao menos minimizar esses problemas, sejam eles internos ou externos. Conforme a análise de Ypê-roxo:

O principal desafio de comercialização hoje no assentamento Dom Mathias está relacionado diretamente a uma questão de investimento financeiro, porém, não só, porque se a gente tiver investimento financeiro e não tiver também uma questão educacional, uma retomada na questão educacional principalmente na organização política coletiva, nós vamos ter as mesmas dificuldades. [...] Mas eu acredito que um dos principais desafios, ainda é água para a produção, água para consumo você tem as cisternas, como principal fonte de água para consumo, mas são questões que estão interligadas, você tem uma dificuldade de água para a produção, mas você tem também um processo de desarticulação e desorganização política dentro do assentamento que dificulta inclusive a chegada de outras políticas públicas né, e esse eu acho que é o principal desafio, organização política para a produção dentro do assentamento.

Em acordo com o pensamento do entrevistado citado anteriormente, Aroeira-vermelha chama atenção para o seguinte:

A gente comenta muito da questão da cooperativa, uma cooperativa direcionada questão da comercialização né, não temos. Muitas vezes você tem a produção, mas se você não tem onde vender a produção, você não tem pra onde colocar, aí você fica à mercê dos atravessadores que geralmente vão oferecer um preço menor na produção, por você não ter pra onde vender em grande escala.

Ou seja, se os agricultores e agricultoras não estiverem articulados coletivamente, dificilmente romperão as amarras desse sistema capitalista e explorador, o qual visa apenas os seus interesses através da produção em grande escala, devastação do meio ambiente, uso de agroquímicos, exportação e acúmulo de riquezas. Com isso, Juazeiro, aponta outra problemática:

Aqui no assentamento, nós não temos ainda essa organização de nossos produtos, quanto produz, o custo de produção, nós não temos... acho que seria o primeiro desafio, a partir daí procurar o mercado... no município

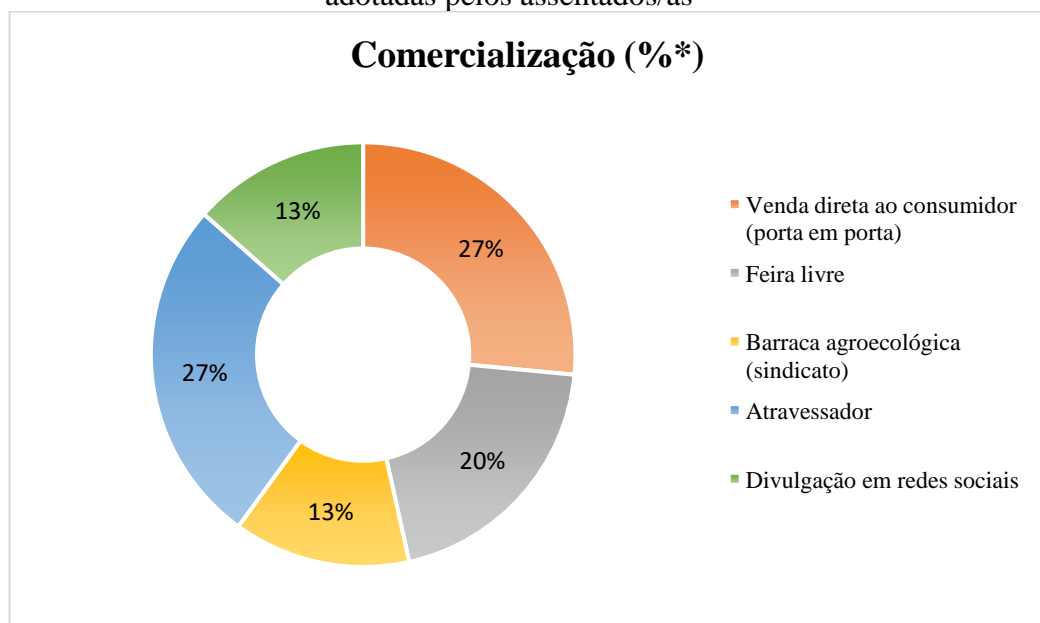
também não tem essa organização, existe a disputa nas feiras livres. Eu diria que é uma utopia organizar a Agricultura Familiar, pra não dizer que é apenas um pensamento de ilusão.

Levando em consideração os elementos apresentados, acredita-se que é preciso criar estratégias de comercialização no município e regiões circunvizinhas, com intuito de alavancar a distribuição dos produtos agrícolas, fomentar a produção agroecológica nas comunidades, assim como reforçar a relação dos camponeses e camponesas com os setores públicos e as organizações e/ou movimentos sociais. Umbuzeiro ressalta que:

[...] Há uma grande discussão nos Conselhos que é o poder público não comprar a produção do agricultor para a alimentação escolar, que é por lei, obrigatório o município comprar até 30%, ele pode chegar até 70% a 80% se quiser, não é proibido, mas a gente tem percebido aqui o desleixo do poder público em não comprar os produtos da alimentação escolar do município. [...] A gente tem discutido isso nas reuniões que o gestor público precisa comprar, precisa aderir a programas e comprar a alimentação escolar da Agricultura Familiar, que evidentemente é muito interessante tanto para o alunado que vai consumir uma alimentação de qualidade né, quanto para o produtor que vende.

No quadro a seguir observaremos algumas estratégias de comercialização adotadas no assentamento Dom Mathias que foram sinalizadas pelos entrevistados. É importante ressaltar que ainda tem muitas estratégias individualizadas, cada um entrega o seu produto do seu modo.

Gráfico 4: Estratégias de comercialização no PA Dom Mathias adotadas pelos assentados/as



Fonte: Maíse Nascimento Matos, com base em entrevistas semi-estruturadas

Com base nisso, verifica -se que para fomentar a Soberania Alimentar para as populações camponesas de maneira articulada a uma estratégia de qualificação dos processos socioeducativos e organizacionais, requer o acesso às políticas públicas, bem como, a efetivação das mesmas, as quais são ferramentas essenciais para a concretização de atuações permanentes de convivência no campo.

A soberania alimentar dá prioridade à produção e ao beneficiamento de alimentos pelas economias locais e à sua distribuição por mercados locais e nacionais, outorgando o poder de produção e oferta alimentar aos camponeses, aos agricultores familiares, aos pescadores artesanais e às diversas formas de pastoreio tradicional. E mais, trata a produção alimentar, a distribuição e o consumo, assim como o modelo tecnológico, sobre a base da sustentabilidade ambiental, social e econômica. (STEDILE; CARVALHO, 2012, p. 721)

Nesse sentido, a população camponesa busca desenvolver seu projeto na perspectiva de produzir seus próprios alimentos, reduzindo ou substituindo os produtos ofertados pelo sistema capitalista a favor da agroecologia. Essa proposta integra os sujeitos e seu modo de se relacionar com a natureza como uma alternativa de produção com sustentabilidade social, ambiental e econômica, por isso, faz-se necessário o acesso as políticas públicas.

Para tanto, essas políticas públicas necessitam considerar as especificidades predominantes do local, como também enfrentar os contratempos de existência dos sujeitos e de sua produção impostas pela escassez de chuvas, considerando os longos períodos de seca. Conforme Silva (2006), nota-se que, grande parte dessa região ainda é caracterizada por um baixo dinamismo econômico, com indicadores sociais abaixo da média do país e pela degradação ambiental que incide sobre seus instáveis ecossistemas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a reflexão oportunizada pelos argumentos apresentados acerca dos processos de luta pela terra em Ipirá/BA, observa-se que a centralização das propriedades e dos costumes coronelistas ainda estão presentes. Apesar do município apresentar uma iniciativa de Reforma Agrária em meio a um território com vasta concentração de terra, constata-se que há um longo caminho a ser percorrido para superar o nível de desigualdade social, fundiária e econômica local.

Para atingir uma compreensão sobre os processos de luta e permanência na terra do assentamento Dom Mathias, definiu-se três objetivos específicos, os quais permitiram maior esclarecimento sobre a problemática e os desafios enfrentados pelos assentados e assentadas. No primeiro objetivo podemos verificar que as formas de organização social atuantes no campo de Ipirá, são historicamente espaços de muita relevância para a luta por direitos e permanência no campo, mas, no momento atual estas estruturas precisam avançar e renovar suas estratégias de enfrentamento às dificuldades encaradas pelas agriculturas e agricultores locais. No segundo objetivo listado diagnosticamos que há uma ampla variedade nas produções agrícolas do município e no assentamento, essa diversidade não vem do agronegócio e sim da agricultura familiar, mas o poder público não investe em estruturas que apoiem e valorizem a adoção de manejos sustentáveis nas criações e cultivos. Já no último objetivo, notamos que há uma pluralidade na adoção das estratégias de comercialização, mas, ainda falta uma ação estruturada que fortaleça e impulse os circuitos curtos por exemplo, isso depende não só da organização interna dos assentados, mas, de políticas públicas efetivas.

Com base nisso, nota-se que a formação dos assentamentos, especialmente o Dom Mathias, contribuiu não apenas como uma medida de quebra ao latifúndio, como também, na melhoria da produção agrícola, principalmente embasada nos princípios agroecológicos. Por outro lado, observa-se que para avançar na questão da produção não basta apenas a prática dos agricultores e agricultoras, mas também, do comprometimento do Estado para o desenvolvimento dessas ações.

Em relação a comercialização, faz-se necessário implementar medidas tanto internas, de caráter organizativo dos agricultores e agricultoras, assim como externas, no que se refere a necessidade de um olhar cuidadoso e eficiente por parte do poder público, na efetivação de políticas públicas que assegurem a produção e comercialização dos produtos.

Esse estudo permitiu, portanto, apontar as limitações e as possibilidades do ambiente pesquisado, assim como, chamar atenção para a busca por alternativas que visem solucionar,

ou ao menos minimizar os impactos sociais, econômicos e produtivos decorrentes da estrutura agrária hegemônica em Ipirá e no Brasil. É necessário compreender que essas lutas se dão em prol de um projeto de vida com condições dignas de permanecer nas terras conquistadas.

Para que os assentamentos, territórios tradicionais e as unidades da agricultura familiar brasileira superem as desigualdades estruturais impostas ao longo da história no campo brasileiro, é indispensável que as instituições de ensino, pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e os órgãos estatais responsáveis por políticas públicas agrícolas reorientem suas ações, atuando a partir de enfoques multidimensionais a exemplo da Agroecologia, Soberania Alimentar e outras estratégias de ação que enxerguem o campo enquanto lugar não apenas de produção de mercadorias, mas, também como um espaço de outras dimensões da vida humana, onde conhecimentos, saberes e fazeres são construídos e partilhados há várias gerações. Toda essa construção deverá emergir não do Estado para baixo, mas, certamente deverá se dar de forma dialógica e participativa, pois, a superação dessa imensa desigualdade será fruto das diversas formas de articulação dos sujeitos do campo desde às suas amplas territorialidades, conectadas ao protagonismo das organizações de base e movimentos sociais.

Diante disso, a Educação do Campo tem um papel histórico essencial, pois, é a partir de processos pedagógicos emancipatórios que se tecerá a educação forjada nas vivências e nas lutas, sobretudo nas ações protagonizadas por sujeitos sociais coletivos em movimento. Pois, seja nas escolas ou nos demais espaços formativos a Educação do Campo tem o papel de contextualizar os saberes, pautando um fazer pedagógico com raiz nas próprias histórias e trajetórias dos sujeitos que se organizam para reivindicar justiça social no campo e na cidade.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Denilson Moreira, et. al. **Terra Livre: A arte de viver o espaço para todas as gerações**. Terra Livre São Paulo Ano 27, Vol. 2, n.37 p.1-183 Jul-Dez/2011.
- ALVES, Angela Cristina. **Memória: a formação do assentamento Antônio Conselheiro – MT**. Planaltina – DF 2013
- ARROYO, Miguel Gonzalez; FERNANDES, Bernardo Marçano. A educação básica e o movimento social do campo: **Por uma educação básica do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por uma Educação do Campo nº 2.
- Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária- ATEs, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. **Plano de desenvolvimento do Projeto de Assentamento Dom Mathias**. CACTUS/CETA 2006-2008.
- BARRETO, A. S. **A Praça da Bandeira e outras bandeiras**; romance histórico - literário/ ocupação do semiárido baiano. 1.Ed. – Ipirá – Bahia, 2003.
- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues, BORGE, Maristela Correa. **Programa de Formação Continuada em Educação, Saúde e Cultura Populares**. 2007. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/19988/10662>. Acesso em: julho de 2021.
- CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. Educação do Campo: identidade e políticas públicas / Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, osfs e Roseli Salete Caldart (organizadores). Brasília, DF: articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. **Coleção Por Uma Educação do Campo, n.º 4**.
- CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo**. . In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CARDEL, Lídia Maria Pires Soares e OLIVEIRA, Rejane Alves. **Práticas e Contradições: um estudo de caso sobre camponeses assentados no Médio São Francisco**. RESR, Piracicaba-SP, 2013.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CODETER – Conselho de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Bacia do Jacuípe. **II Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável e Solidário – PTDSS**. Território Bacia do Jacuípe, 2016.
- COX, Mônica; PEREIRA, Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p.561-569.

ESTIVAL, Katianny Gomes Santana. **Trajetórias dos Assentamentos da Agricultura Familiar no Brasil: Estudos de Caso Sobre o Modo de Vida Rural em um Assentamento do Sul da Bahia.**

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde: a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano et. al. **Educação do Campo: campo- políticas públicas – educação.** In: Clarice Aparecida dos Santos (org.). Brasília: Incra; MDA, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, O.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FIORENTINI, Dario; LORENZATO, Sergio. **Investigação em Educação Matemática: percursos teóricos e metodológicos.** 3ª Edição Revisada. Campinas: Autores Associados, 2009, p. 193-206. Disponível em:

https://www.fe.unicamp.br/drupal/sites/www.fe.unicamp.br/files/pf/subportais/pesquisa/etica-na-pesquisa/etica_na_pesquisa_educacional.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

GEOGRAFAR. Grupo de Pesquisa da Universidade Federal da Bahia. Geografia dos Assentamento na área rural. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/estrutura-fundiaria>. Acesso em: 02 de dezembro de 2020.

GERMANI, Guiomar I. **Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia.** In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C. e SILVA, O. A. (Org.). (GEO)grafias dos movimentos sociais. Feira de Santana (BA): UEFS Editora, 2010, v., p. 269-304.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades.** Revista de Administração de Empresas São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995.

GORGEN, Frei Sergio Antonio. **Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, O.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População.** 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ipira/panorama>>. Acesso em: 28 de agosto de 2021.

JÚNIOR, César, SASSON, Sezar, JÚNIOR, Nelson. **Biologia 1: as características da vida: biologia celular vírus: entre moléculas e células: a origem da vida: histologia animal.** 10. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

LEITE, Sergio Pereira. **Assentamento Rural.** In: CALDART, Roseli Salete (org.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Mapa do Território. Disponível em: <https://www.google.com/search>. Acesso em: 12 de setembro de 2021.

MIGUEL, Lovois de Andrade e MAZOYER, Marcel. **Sistemas Agrários e Desenvolvimento Rural.** In: CONTERATO, M. A.; RADOMSKY, G. F. W.; SCHNEIDER, S. (Ed.). Pesquisa em Desenvolvimento Rural – Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas. Vol 1. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014. p.297 – 312.

MIGUEL, Lovois de Andrade. **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

MAPA- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Associativismo / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo.** – 2. ed. – Brasília: MAPA/SDC/DENACOOP, 2008.

MOURA, Eliana Perez Gonçalves; ZUCCHETTI, Dinora Tereza. **Educação Além da Escola: Acolhida a outros saberes.** Cadernos de Pesquisa, v.40, p. 629-648, maio/ago. 2010.

MOTA, Maria Sarita. **Sesmarias e Propriedade Titulada da Terra: O Individualismo Agrário na América Portuguesa.** Sæculum - Revista De História; João Pessoa, Jan./Jun. 2012.

MOTTA, Márcia e PINEIRO, Theo Lobarinhas. **Voluntariado e Universo Rural.** Rio de Janeiro, Vício de Leitura, 2001.

NETO, Antonio de Oliveira Costa. **Impactos Territoriais dos Assentamentos Rurais no Município de Esplanada -Ba.** São Cristovão- SE, 2016.

NEUMANN, Pedro Selvino, et al. **Sistemas Agrários.** 1. Ed. Santa Maria, RS: UFMS, NTE, UAB, 2009. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16172/Curso_Agric-Famil-Sustent_Sistemas-Agrarios.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 14 de junho de 2021.

Perfil territorial, Bacia do Jacuípe-BA. CGMA, maio, 2015.

PORTO, Victor Hugo da Fonseca. **Sistemas Agrários: uma revisão conceitual e de métodos de identificação como estratégias para o delineamento de Políticas Públicas.** In Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 20, n. 1, p. 97-121, jan./abr. 2003.

RIBEIRO, D. S.; TIEPOLO, E. V.; VARGAS, M. C.; SILVA, N. R. da. (Orgs). **Agroecologia na educação básica** – questões propositivas de conteúdo e metodologia. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SANTANA, José Raimundo Souza. **Lei versus costumes: conflitos territoriais decorrentes da utilização da Lei do Pé Alto em Ipirá/BA entre os anos 60 e 80 do século xx.** Feira de Santana, 2018.

SANTOS, Dilemar Costa. **A saga do Camisão rumo a Ipirá: histórias do camisão desde o século XVI aos dias de 2003.** História, literatura e dados. Editora Gráfica Radami. Ipirá – BA, 2003.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA: nossa luta é justa e certa!”** - formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009). Salvador, 2010. Disponível em: https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/geografar_santosrodrigues_formacaoterritorializacaomovimentoceta_0.pdf. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

SILVA, Zilmar Alverita. **“Você gosta desgostando”: O trabalho polivalente e precário das chefias na indústria calçadista toyotizada em Ipirá-Ba.** Salvador, 2017.

SILVA, R. M. A. da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento.** Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, p. 298. 2006.

SOARES, Irani Santos. **A organização do espaço em assentamentos de Reforma Agrária na Bahia: intenções e ações.** Salvador, 2014.

- SOUZA, Wesley Cerqueira. **A indicação geográfica dos artefatos de couro em Ipirá/Bahia: instrumento possível de desenvolvimento territorial.** 2016 149 f. Dissertação de Mestrado (Pós Graduação em Geografia) Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador – BA, 2016.
- STEDILE, J. P.; CARVALHO, H. M. de. Soberania Alimentar. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, O.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960.** 2. Ed, São Paulo. Expressão Popular, 2011.
- STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária 1946-2003.** 2. Ed, São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro. **Questão agrária.** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, O.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- STEDILE, João Pedro. **Questão agrária.** In: DIAS, Alexandre Pessoa, et al (orgs). **Dicionário de Agroecologia e Educação.** -1.ed.- São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- TRABUCO, Gismalia Luiza Passos. **A práxis coletiva do MST e a construção da sociabilidade nos assentamentos do MST na Chapada Diamantina - Bahia.** Salvador, 2008.
- ZEN, Eduardo Luiz; FERREIRA, Ana Rita de Lima. **Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).** In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, O.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

APÊNDICES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA/UFRB
Centro de Formação de Professores/CFP/Campus de Amargosa
Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias

Pesquisadora Responsável: Maíse Nascimento Matos

Endereço: Assentamento Dom Mathias CEP: 44600-000 – Ipirá – BA

E-mail: mayze.n.matos@gmail.com

Fone: (75) 99262-5509

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr. (a) está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa “FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO DOM MATHIAS EM IPIRÁ-BA, A PARTIR DA ABORDAGEM EM SISTEMAS AGRÁRIOS”. Neste estudo pretendemos analisar o processo histórico de luta, conquista da terra e permanência no Assentamento Dom Mathias no município de Ipirá-BA a partir de uma abordagem qualitativa em Sistemas Agrários. A importância do estudo se justifica por razões sociais elencando as estratégias das organizações atuantes no campo, assim como a caracterização dos principais sistemas de produção agropecuários locais e ainda os parâmetros de comercialização utilizados pelos sujeitos do Assentamento.

Para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido (a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pela pesquisadora. A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. O (A) Sr. (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Centro de Formação de Professores da UFRB, lotado na, Av. Nestor de Melo Pita, 535 – Centro – Amargosa (BA) e a outra será fornecida a você. Caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, o pesquisador assumirá a responsabilidade pelos mesmos.

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos do estudo “FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO DOM MATHIAS EM IPIRÁ-BA A PARTIR DA ABORDAGEM EM SISTEMAS AGRÁRIOS”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Grata pela colaboração,

Maíse Nascimento Matos, discente da graduação em Licenciatura em Educação do Campo, com habilitação em Ciências Agrárias, curso vinculado ao Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Ipirá-BA, ____ de _____ de 2021.

Assinatura do (a) participante

Assinatura do pesquisador (a)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA/UFBR
 Centro de Formação de Professores/CFP/Campus de Amargosa
 Curso de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Agrárias

ROTEIRO PARA ENTREVISTA DE TRABALHO MONOGRÁFICO

IDENTIFICAÇÃO

NOME:	
SEXO	<input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino <input type="checkbox"/> Outros <input type="checkbox"/>
ESCOLARIDADE	Analfabeto <input type="checkbox"/> Alfabetizado <input type="checkbox"/> Ens. Fund. Completo <input type="checkbox"/> Ens. Fund. Incompleto <input type="checkbox"/> Ens. Médio Completo <input type="checkbox"/> Ens. Médio Incompleto <input type="checkbox"/> Ens. Superior Completo <input type="checkbox"/> Ens. Superior Incompleto <input type="checkbox"/>
ASSENTADO/A	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
PROFISSÃO/ATUAÇÃO	
ENDEREÇO	
MUNICÍPIO	CEP:

DIMENSÃO SOCIAL

<p>1) Você integra alguma instituição ou organização social? Qual/quais?</p>
<p>2) Qual a importância dessa/as organização/ões na busca de melhores condições de vida para garantir a permanência no campo? (Quais as contribuições no âmbito social (educação, saúde e direitos), na comercialização e produção agrícola no município e no assentamento Dom Mathias?)</p>
<p>3) Qual a sua percepção a respeito da estrutura fundiária de Ipirá e do assentamento Dom Mathias? (Há desigualdade? Não há desigualdade? A maioria dos moradores do campo possuem terra suficiente para viver e trabalhar? Como se dá a atenção do poder público para a Agricultura Familiar local e o Agronegócio?)</p>

DIMENSÃO PRODUTIVA

- | |
|--|
| <p>1) Qual o seu entendimento sobre a importância da produção agroecológica em Ipirá e no assentamento Dom Mathias? (Há problemas ambientais? Utilização de agrotóxicos e/ou outros insumos sintéticos? Quais? O que precisa para ser valorizada essa perspectiva de produção?)</p> |
| <p>2) Quais os principais produtos agrícolas oriundos do município e do assentamento Dom Mathias? Há beneficiamento e agregação de valores? Como isso ocorre? (Como se dá a divisão do trabalho no processo produtivo?)</p> |
| <p>3) Quais os principais desafios para a produção no assentamento Dom Mathias e em Ipirá-BA? (trabalho/mão de obra, questão ambiental, falta de assistência técnica, investimento financeiro. Como se dá o acesso a água para consumo humano e para produção?)</p> |

DIMENSÃO COMERCIALIZAÇÃO

- | |
|---|
| <p>1) Quais as principais dificuldades enfrentadas para comercializar a produção agrícola de Ipirá e do Assentamento do Mathias? (Há feiras agroecológicas? Ponto de vendas no assentamento e/ou na cidade? Quais as outras formas comercializar no município e no assentamento? Há atravessador?)</p> |
| <p>2) Quais as estratégias adotadas para a comercialização de produtos agrícolas de Ipirá e do assentamento Dom Mathias? (De que forma se dá essa comercialização?)</p> |
| <p>3) Quais as Políticas Públicas acessadas para a comercialização de produtos agrícolas? (Qual sua compreensão sobre o papel dessas políticas? Como se dá a participação social das e dos produtores no acompanhamento e no acesso dessas políticas?)</p> |

